



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

**CAMPUS DE CHAPECÓ**

**CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**MAICO JUNIOR MAGRI**

**VIOLÊNCIAS PARA ALÉM DA ESCOLA:**

**UM ESTUDO DAS OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NO MUNICÍPIO DE  
CHAPECÓ/SC**

**CHAPECÓ**

**2016**

**MAICO JUNIOR MAGRI**

**VIOLÊNCIAS PARA ALÉM DA ESCOLA:**  
UM ESTUDO DAS OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NO MUNICÍPIO DE  
CHAPECÓ/SC

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado como requisito para obtenção de grau de  
Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade  
Federal da Fronteira Sul.  
Orientadora: Prof<sup>o</sup> Ma. Maria Alice Canzi Ames

CHAPECÓ  
2016

## **DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação**

Magri, Maico Junior  
VIOLÊNCIAS PARA ALÉM DA ESCOLA: Um estudo das  
ocorrências registradas no município de Chapecó/SC/  
Maico Junior Magri. -- 2016.  
95 f.

Orientadora: Maria Alice Canzi Ames.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de ciências  
Sociais , Chapecó, SC, 2016.

1. Violências. 2. Educação. 3. Pesquisa exploratória.  
4. Crianças e adolescentes. 5. Estratégias de  
encaminhamentos. I. Ames, Maria Alice Canzi, orient. II.  
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

MAICO JUNIOR MAGRI

**VIOLÊNCIAS PARA ALÉM DA ESCOLA:**  
UM ESTUDO DAS OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NO MUNICÍPIO DE  
CHAPECÓ/SC

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para  
obtenção de grau de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal  
da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ma. Maria Alice Canzi Ames

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e  
aprovado pela banca em: 30 / 06 / 2016

BANCA EXAMINADORA

Claudecir dos Santos

Prof. Dr. Claudecir dos Santos - UFFS

Ivan Paolo de Paris Fontanari

Prof. Dr. Ivan Paolo de Paris Fontanari - UFFS

Maria Alice Canzi Ames

Prof.<sup>a</sup> Ma. Maria Alice Canzi Ames - UFFS

Valdete Boni

Prof.<sup>a</sup> Dra. Valdete Boni - UFFS

## **AGRADECIMENTOS**

Esse trabalho é um passo importante, fruto de uma longa caminhada cercada de estórias e histórias, ora boas, ora ruins, de aprendizados e ensinamentos, de conquistas e frustrações, de dificuldades e realizações. Porém, cada qual teve e ainda tem uma parcela importante na construção da minha personalidade enquanto profissional e sobretudo enquanto ser humano. Esses agradecimentos são em meu ver uma maneira simples, porém, sincera, de reconhecer todas as pessoas que de uma maneira ou de outra contribuíram e ainda contribuem na minha caminhada pessoal e acadêmica.

Agradeço primeiramente aos meus queridos pais, Lenoir e Elza, por todo o apoio dado ao longo destes seis anos em que saí de casa para vivenciar o sonho de cursar uma graduação em uma universidade federal. Sei por todas as angústias, preocupações e principalmente a saudade de ver o único filho vivendo longe de casa pela primeira vez e enfrentando todas as dificuldades que a cidade grande possui. Mesmo que eu ainda não tivesse a maturidade necessária para entender certos conselhos que vocês me deram e decisões que tomaram sei que apesar de todas as dificuldades que passamos vocês sempre buscaram o melhor para mim, por esse esses e tantos outros motivos os amo incondicionalmente.

Agradeço ao seu Olímpio e a dona Maria Orlandi, por todo o apoio dado na chegada a Chapecó. Ao Adilson e a Rosi, por me acolherem em seu lar, se tornando minha segunda família, da qual partilhei e vivenciei muitas histórias e aprendizados.

Agradeço aos meus amigos, de longe e de perto, pelos conselhos, auxílios, “puxões de orelha” e diálogos ao longo do tempo, desde minha chegada a Chapecó, até os dias de hoje. Agradeço também aos novos/velhos amigos, sejam eles da graduação, do trabalho e das redes sociais que fiz nesta cidade ao longo destes anos. Sinto-me privilegiado em dizer também que além de amigos tenho verdadeiros irmãos de consideração.

Agradeço a professora Tânia Welter e a professora Solange Maria Alves, pelas importantes contribuições na construção do pré-projeto de pesquisa, realizado na disciplina de TCC I, e que também nortearam o desenvolvimento deste trabalho final.

Agradeço a UFFS, fruto da luta do povo e dos movimentos sociais, que além de ter me dado a oportunidade de ingressar no ensino superior me possibilitando

conhecer e aprender um horizonte de novos saberes, também me proporcionou vivenciar um processo único e histórico, que foi o de acompanhar a construção e o desenvolvimento desta instituição e do curso de ciências sociais. Tive a felicidade e a responsabilidade de poder ter atuado como bolsista de pesquisa, extensão e PIBID, processos formativos que impactaram, transformaram e agregaram de uma maneira extraordinária na minha formação acadêmica e pessoal.

Agradeço ao CNPq/PRONEM/FAPESC, pelo auxílio no desenvolvimento de projetos de pesquisa que realizei ao longo da minha graduação.

Quero destacar um agradecimento especial a todos os docentes com quem eu tive a oportunidade de vivenciar, receber e partilhar histórias e aprendizados ao longo da graduação. Mas, devo destacar aqui o nome de três pessoas que considero fundamentais na minha formação: a professora Adiles Savoldi, por ter me proporcionado o contato com a cultura indígena e ter me iniciado no espaço científico e educacional. A professora Tânia Welter, por ter me feito descobrir minha vocação para a docência, contribuindo de uma maneira única na minha formação enquanto professor, educador e pesquisador. E a professora Maria Alice, minha amiga e orientadora, a pessoa mais humana, paciente, motivadora, profissional e alegre que eu já conheci nesses meus 23 anos de existência, que me apresentou novos desafios no campo da pesquisa científica com o estudo sobre as violências, mostrando que é possível trabalharmos enquanto educadores e pesquisadores para uma cultura de paz em nossa sociedade, muito obrigado por tudo.

Espero que esse seja o primeiro passo para uma trajetória acadêmica e profissional que está apenas no seu início, mas que ainda reserva grandes desafios e muitos aprendizados.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho de conclusão de curso é realizar um levantamento das principais formas de violências registradas, compreender e analisar a partir de uma pesquisa exploratória quali-quantitativa em delegacias e no conselho tutelar, as principais formas e estratégias de atendimentos, encaminhamentos e resolução de violências cometidas contra crianças e adolescentes em idade escolar no município de Chapecó-SC. O referencial teórico utilizado neste trabalho se baseou no âmbito da sociologia clássica, com ênfase em Émile Durkheim, que transita entre a sociologia da educação e a sociologia jurídica. E também em Max Weber, que trabalha o conceito de monopólio legítimo da força, importante no estudo das instituições do Estado. Nesse sentido corrobora Michel Foucault e Hannah Arendt. A metodologia empregada na coleta de dados nas delegacias e no conselho tutelar surgiu a partir dos levantamentos dos registros de ocorrências realizados em duas escolas do município. As análises das informações englobam uma reflexão sobre os tipos de violência, realizando também algumas considerações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o ato infracional. Nas considerações finais destaca-se como caminho possível a justiça restaurativa. A pesquisa possui o intuito de problematizar futuras investigações acerca dos indicadores que serão apresentados neste trabalho.

**Palavras-chave:** Violências. Pesquisa exploratória. Educação. Crianças e adolescentes. Estratégias de encaminhamentos.

## RÉSUMÉ

L'objectif de ce travail cours de conclusion est d'étudier les principales formes de violence enregistrée, de comprendre et d'analyser à partir d'une recherche exploratoire qualitative et quantitative sur la police et de l'enfant agence de protection, les principales formes et stratégies de soins, les références et la résolution de violence commis contre les enfants et les adolescents d'âge scolaire à Chapecó-SC. Le cadre théorique utilisé dans cette étude a été basée sur le cadre de la sociologie classique, avec un accent sur Émile Durkheim, qui se déplace entre la sociologie de l'éducation et de la sociologie juridique. Et Max Weber, qui travaille le concept de monopole légitime de la force, important dans l'étude des institutions étatiques. En ce sens, corrobore Milchel Foucault et Arendt. La méthodologie utilisée pour recueillir des données dans la police et la protection de l'enfance organisme a émergé des enquêtes auprès des occurrences des enregistrements effectués dans deux écoles locales. L'analyse de l'information comprend une réflexion sur les types de violence, aussi de faire quelques considérations sur la situation des enfants et des adolescents (CEA) et l'infraction. Dans les considérations finales, il se distingue comme chemin possible la justice réparatrice. La recherche a l'intention de discuter de la recherche future sur les indicateurs qui seront présentés ici.

**Mots-clés:** Violence. La recherche exploratoire. Education. Les enfants et les adolescents. Aiguillage des stratégies.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	<b>Local do registro .....</b>	<b>55</b>
<b>Quadro 2</b>	<b>Ano do registro.....</b>	<b>56</b>
<b>Quadro 3</b>	<b>Semestre do registro.....</b>	<b>56</b>
<b>Quadro 4</b>	<b>Tipificação do registro.....</b>	<b>57</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> Índices de violações praticadas contra crianças/adolescentes, segundo síntese de violação (Conselho Tutelar Sul) .....	68
--	----

## LISTA DE SIGLAS

ACT	Admitido em Caráter Temporário
APOIA	Programa de combate à evasão escolar
BBC	British Broadcasting Corporation
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CT	Conselho Tutelar
CPP	Central Plantão de Polícia
DP	Delegacia de Polícia
DPCAMI	Delegacia de Polícia da Criança Adolescente Mulher e Idoso
DF	Distrito Federal
DRP	Delegacia Regional de Polícia
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAPESC Catarina	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa
FIRJAN	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MG	Minas Gerais
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização da Nações Unidas

PIBID	Programa Institucional de Bolsa de a Iniciação à Docência
RAIA	Rede de Apoio a Infância e Adolescência
RBS	Rede Brasil Sul
SIPIA	Sistema de Informação para Infância e Adolescência
SINPRO	Sindicato dos Professores
SSP	Secretária de Segurança Pública
SP	São Paulo
SC	Santa Catarina
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
1.1	OBJETIVOS.....	19
	1.1.1 OBJETIVO GERAL .....	19
	1.1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	19
1.2	JUSTIFICATIVAS.....	20
	1.2.1 MOTIVAÇÕES PESSOAIS.....	20
	1.2.2 MOTIVAÇÕES SOCIAIS.....	21
	1.2.2.1 TRAÇANDO UM BREVE MAPA DA VIOLÊNCIA DE CHAPECÓ DA ÚLTIMA DÉCADA.....	23
	1.2.3 MOTIVAÇÕES INSTITUCIONAIS.....	26
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA DO TRABALHO DE PESQUISA</b> .....	<b>28</b>
2.1	O QUE É A PESQUISA QUALITATIVA E QUANTITATIVA?.....	28
2.2	CONSIDERAÇÕES E DIFERENCIAÇÃO ENTRE AS METODOLOGIAS DE PESQUISA QUANTITATIVA E QUALITATIVA.....	30
2.3	DELINEANDO AS CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE PESQUISA.....	32
2.4	RODA DE CONVERSA COMO UM MÉTODO QUALITATIVO E INTEGRADOR DE PESQUISA CIENTÍFICA.....	33
2.5	PRESSUPOSTOS ÉTICOS DA PESQUISA.....	35
<b>3</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>37</b>
3.1	CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE O TERMO VIOLÊNCIA.....	37
3.2	CONCEPÇÕES TEÓRICAS DE VIOLÊNCIA NA ESCOLA .....	39
3.3	MICHEL FOUCAULT E A VIOLÊNCIA DISCIPLINAR NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES.....	43
3.4	ÉMILE DURKHEIM E MAX WEBER: CONTRIBUIÇÕES SOCIOLÓGICAS PARA PENSAR EDUCAÇÃO E VIOLÊNCIA .....	44
	3.4.1 ÉMILE DURKHEIM E A EDUCAÇÃO MORAL.....	44
	3.4.2 MAX WEBER E O MONOPÓLIO LEGÍTIMO DA FORÇA.....	46
<b>4</b>	<b>DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DA PESQUISA</b> .....	<b>49</b>

4.1	RELATOS E ANÁLISES DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (DELEGACIAS DE POLÍCIA).....	50
4.1.1	REGISTROS DE OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ. 12º DELEGACIA DE POLÍCIA REGIONAL. (2014-2015).....	55
4.2	CARACTERIZANDO OS TIPOS DE VIOLÊNCIAS A PARTIR DA PERSPECTIVA JURÍDICA.....	58
4.3	CONSIDERAÇÕES SOBRE O BULLYING.....	60
4.4	RELATOS E ANÁLISES DOS REGISTROS E ENCAMINHAMENTOS DE OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (CONSELHO TUTELAR).....	60
4.5	CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA).....	69
4.6	CONSIDERAÇÕES SOBRE O ATO INFRACIONAL.....	72
4.7	VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO.....	74
4.8	REFLETINDO A PARTIR DAS INFORMAÇÕES DOS RELATOS/ANÁLISES DE CAMPO, E DAS RODAS DE CONVERSA.....	75
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>80</b>
5.1	JUSTIÇA RESTAURATIVA. UM CAMINHO POSSÍVEL NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	81
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>85</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>89</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Pensar a violência<sup>1</sup> bem como todas as complexas dimensões e implicações da mesma dentro da sociedade tem se mostrado uma tarefa árdua e permanente, sobretudo no período que compreende ao final do século XX e no decorrer do século XXI. Esta tarefa, com caráter de esforço coletivo se expressa tanto no contexto da academia, que vem se dedicando a pesquisar, compreender e problematizar como este fenômeno ocorre e se expande pelos mais diversos setores e instituições da sociedade civil, quanto para o poder público, que procura através do estudo destes indicadores de violências desenvolver políticas com intuito de combater e/ou minimizar os impactos e as consequências que as mesmas tem sobre a sociedade e os seres humanos que vivem e convivem nela, e que são afetados direta ou indiretamente por ela.

Octavio Ianni (2002) destaca como esta violência contemporânea se caracteriza e se materializa na sociedade como um fenômeno global, e que o esforço para tentar compreendê-la com o intuito de criar estratégias que possam inibir suas implicações na vida social é necessário:

As sociedades nacionais contemporâneas e a sociedade global em formação na passagem do século XX ao século XXI tornaram-se um vasto cenário de violência. São muitas as formas de violência, antigas e recentes, conhecidas e desconhecidas, que se manifestam nessas sociedades. Desde o sequestro e o narcotráfico à violência urbana e ao terrorismo de Estado, desde os conflitos étnicos e religiosos à "destruição criativa", são muitas as formas de violência que se manifestam nas sociedades contemporâneas. Cabe, pois, conhecer melhor essa realidade, em suas implicações práticas e teóricas. Cabe inclusive desvendar o que há de "nacional" e "mundial" nessas manifestações, povoando a vida e o imaginário de indivíduos e coletividades, em todo o mundo. Cabe esclarecer se a trama das relações sociais e os jogos das forças político-econômicas, conforme se desenvolvem nas sociedades contemporâneas, são também uma fábrica de violência. (IANNI, 2002, p. 7)

Para analisar a violência, bem como as suas diversas expressões e realizações nas sociedades humanas precisamos levar em conta os contextos históricos sob o qual ela se forja, bem como os sujeitos sobre o qual ela exerce suas práticas, por

---

<sup>1</sup> Cabe destacar que a nível de entendimento teórico que ao mencionar violência no singular estarei me referindo apenas ao termo, pois compactuo e assumo o entendimento de que a violência é um fenômeno plural, e pensá-la na sua generalidade faz com que se percam muitos elementos para se entender as diferentes facetas que ela assume nos contextos em que está presente.

estes motivos é que segundo Ianni (2002) não se pode comparar qual século é mais violento que o outro. Esse exercício seria de certo modo um erro, afinal, cada momento histórico possui suas particularidades de sociabilidade e jogos de força<sup>2</sup>.

A problemática da violência sob o qual dedicarei o esforço de discutir neste trabalho se revela em um recorte que ganha cada vez mais visibilidade na contemporaneidade, tanto no seu aspecto global como nacional, que é o caso da violência dentro da dinâmica do espaço escolar, e que envolve todos os sujeitos presentes dentro deste espaço, de estudantes, de docentes, gestores e demais funcionários.

Se tomarmos um olhar inicial para o contexto global já é possível perceber o quanto problemática esta questão se revela. Segundo dados do relatório *aprender sem medo*<sup>3</sup>, cerca de um milhão de crianças em todo o mundo sofrem algum tipo de violência nas escolas todos os dias, e que a cada ano, 350 milhões de meninos e meninas são vítimas de algum tipo de violência escolar. No contexto brasileiro o relatório também destaca que 70% dos 12 mil estudantes pesquisados em seis estados da federação afirmaram terem sido vítimas de violência escolar, e que outros 84% apontaram suas escolas como violentas.

Outras análises sobre a gravidade das violências escolares no contexto do Brasil tomaram algumas importantes regiões do país como parâmetro e revelou dados alarmantes sobre situações de violências que afetam negativamente todos os envolvidos dentro do espaço escolar, seja ele público ou privado. E algumas pesquisas (antigas e mais atuais) expressam estes contrastes. Segundo dados de uma pesquisa desenvolvida em escolas particulares no estado de Minas Gerais

---

2 Considero necessário inserir este adendo como um caráter metodológico afim de esclarecer e situar ao leitor que este trabalho não se propõe a discutir a violência sobre o seu aspecto histórico geral, mas sim sob o recorte de uma realidade e um contexto histórico com características específicas, das quais serão apresentadas ao longo do texto. Os aspectos históricos neste trabalho têm sua medida de importância afim de apenas contextualizar o termo violência, caracterizá-lo como uma problemática social global, bem como as expressões e facetas que ela assume nos espaços em que ela ocorre.

3 O Aprender sem medo é um relatório elaborado pela Plan Brasil, e que faz parte de uma campanha global, cujo objetivo pretende acabar com todas as formas de violência contra crianças nas escolas. Cabe destacar também que o foco da campanha são as três principais formas de violência na escola: o castigo corporal, a violência sexual e o *bullying*, fenômeno definido pelo estudo como atitudes agressivas, intencionais e repetidas que ocorrem sem motivação evidente, adotada por um ou mais estudantes contra outro.

**Aprender Sem Medo.** Disponível: <http://promenino.org.br/servicos/biblioteca/aprender-sem-medo>. Acesso em 24/09/15.

através do Sindicato dos Professores (SINPRO), destacou que aproximadamente 20% dos docentes pesquisados já presenciaram o tráfico de drogas na escola, e mais da metade (62%) disse ter presenciado a agressão verbal. O estudo destaca que 39% dos professores relataram ter visto situações de intimidação, e 35%, de ameaça<sup>4</sup>. Em São Paulo o SINPRO também realizou uma pesquisa em escolas públicas, onde descobriu que 44% dos professores daquele estado já sofreram algum tipo de violência em sua unidade escolar, e 57% consideram as escolas violentas<sup>5</sup>.

A mesma pesquisa revelou ainda que 29% dos professores já viram estudantes alcoolizados na escola e 42% presenciaram alunos sob efeito de drogas. E 29% flagraram o tráfico dentro do colégio. No Distrito Federal docentes e funcionários de escolas relatam que já sofreram ameaças de estudantes e a presença do estado no espaço educacional para buscar sanar essas problemáticas é ineficaz<sup>6</sup>.

O Brasil ainda é destaque na questão das violências escolares se tomarmos parâmetros comparativos com outras nações. Uma pesquisa realizada com mais de 110 mil docentes e diretores de escolas de ensino fundamental e médio pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apontou que cerca de 12,5% dos docentes e diretores ouvidos no Brasil disseram ser vítimas de agressões verbais ou de intimidação de alunos pelo menos uma vez por semana, sendo o índice mais alto entre os 34 países pesquisados, cuja média entre eles é de 3,4%. Depois do Brasil, vem a Estônia, com 11%, e a Austrália com 9,7%, e em alguns países como Coreia do Sul, Malásia e Romênia, o índice é zero<sup>7</sup>.

Enfim, mesmo com a apresentação destes dados dentre tantas e tantas pesquisas já realizadas e/ou em processo de construção uma afirmação já se torna

---

4 **SINPRO MG divulga pesquisa sobre a violência na rede privada.** (2009). Disponível em: <http://vermelho.org.br/noticia/120046-76>. Acesso em 12/11/2015.

5 SINPRO-SP. **Estudo mapeia violência no espaço escolar.** (2013). Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/estudo-mapeia-violencia-escolar-em-sao-paulo/>. Acesso em 28/02/2015.

6 SINPRO-DF. **As violências nas escolas do DF permanece.** (2014). Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/a-violencia-nas-escolas-do-df-permanece/>. Acesso em 25/02/2015.

7 BBC Brasil. **Pesquisa põe Brasil em topo de ranking de violência contra professores.** Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140822\\_salasocial\\_eleicoes\\_ocde\\_valorizacao\\_prof\\_essores\\_brasil\\_daniela\\_rw](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140822_salasocial_eleicoes_ocde_valorizacao_prof_essores_brasil_daniela_rw). Acesso em 24/09/15.

possível, pois não há como negar que as dimensões que as violências tem tomado dentro do espaço escolar seja a nível global ou nacional revelam um quadro preocupante, e que necessita de ações e políticas de combate de caráter emergencial e também definitivo, afim de tentar frear este fenômeno que se alastra cada vez mais pela escola tornando juntamente com outras problemáticas<sup>8</sup> o processo de ensino/aprendizagem cada vez mais dificultoso.

-Mas e como são realizados os encaminhamentos destas violências pelas escolas?

Com esta questão norteadora estabelecemos o recorte deste trabalho de pesquisa, pois em consonância com o foco das violências dentro do espaço escolar, o presente trabalho se dedica a compreender e analisar como ocorrem as diferentes estratégias de encaminhamento das violências escolares. O campo de estudo sob o qual realizamos esta pesquisa é o município de Chapecó, localizado na região Oeste do estado de Santa Catarina.

Porque a pesquisa possui um caráter exploratório? O presente trabalho detém esta característica por alguns motivos particulares: O primeiro se revela na questão do curto tempo para a realização de uma pesquisa mais esmiuçada em relação as questões das violências no município de Chapecó, em virtude da enorme quantidade de dados quali-quantitativos que o município possui nos seus órgãos de atendimento a questões de violências, e isso inviabiliza, pelo menos neste momento, uma investigação mais detalhada. O segundo motivo se revela no fato de que a atividade de campo foi pensada e estruturada de modo que ao final da pesquisa se constitua o fechamento de um círculo de investigação nas instituições pesquisadas (delegacias de polícia e conselho tutelar), e que por fim este exercício possa levantar questões quali-quantitativas que culminem em futuros trabalhos de pesquisa, investigação e análise de dados sobre a problemática das violências no município de Chapecó, expandindo-a para outros horizontes da sociedade civil.

Este primeiro capítulo se propõe também a discutir as motivações para a realização desta pesquisa, seus objetivos gerais e específicos, descreve sobre

---

8 Nestas problemáticas podem-se destacar questões como a falta de estrutura das instituições de ensino, a não valorização dos docentes bem como a não qualificação dos mesmos para o exercício da função, dificuldades de diálogo e relações entre família e escola, evasão escolar, dentre outros processos.

aspectos históricos do contexto a ser pesquisado, bem como sobre os processos de violências que ocorrem neste espaço, sobretudo no âmbito escolar.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste trabalho é realizar um levantamento das principais formas de violências registradas, compreender e analisar, a partir de uma pesquisa exploratória qualiquantitativa, os principais tipos de violências escolares, ocorridos entre os anos de 2014 e 2015 nas delegacias de polícia e no conselho tutelar do município de Chapecó-SC<sup>9</sup>.

### 1.1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Dentre os objetivos específicos que este trabalho possui destacam-se:

- Realizar o levantamento de dados na Delegacia de Polícia Criança Adolescente Mulher e Idoso (DPCAMI)<sup>10</sup> e o Conselho Tutelar (CT) (região Sul)<sup>11</sup>.
- Identificar os tipos de violências registradas, construindo gráficos para análise dos dados.
- Analisar as estratégias de encaminhamento e enfrentamento aos diversos tipos de violências.

---

9 Os registros sobre práticas de violências que foram coletados e analisados correspondem ao seguinte período temporal:

-DPCAMI: 01/01/2014 a 30/06/2015.

-Conselho tutelar (Sul): 01/01/2014 a 29/10/2015.

10 A Delegacia de Polícia Criança Adolescente Mulher e Idoso (DPCAMI), localiza-se no bairro Maria Goretti, município de Chapecó-SC.

11 O Conselho Tutelar (região Sul) se localiza no bairro Presidente Médici, município de Chapecó-SC. Além deste, há o Conselho Tutelar (região Norte) que se localiza no bairro São Cristóvão. O fato desta divisão do conselho tutelar em regiões da cidade se deve ao grande crescimento populacional que houve em Chapecó nos últimos anos, levando o mesmo a se dividir para dar conta da demanda de atendimentos com qualidade.

- Pensar caminhos e possibilidades que possam desenvolver olhares e perspectivas positivas em relação a estas instituições que se dedicam a realizar funções de encaminhamentos, atendimentos e atividades formadoras, no intuito de controlar e combater as ações de violências, levantando a importância de se desenvolver um trabalho integrado e integrador entre ambas dentro desse processo.
- Realizar uma atividade devolutiva desta atividade exploratória de investigação aos órgãos pesquisados com o intuito de promover e fortalecer o diálogo mais próximo dos mesmos com a Universidade Federal da Fronteira Sul, possibilitando que novas parcerias de pesquisa e de atividades formativas se tornem possíveis entre ambos.

## 1.2 JUSTIFICATIVAS

### 1.2.1 MOTIVAÇÕES PESSOAIS

As motivações pessoais para o desenvolvimento desta pesquisa que culminaram neste TCC partem de um viés tanto docente quanto acadêmico: este trabalho de pesquisa já veio se delineando ao longo de dois anos, e a base para construção do mesmo surgiu a partir do contato com duas escolas da rede pública do município de Chapecó.

O primeiro contato ocorreu em uma escola da região central da cidade onde tive a oportunidade desenvolver um projeto de iniciação à docência de Sociologia (PIBID-CAPEL) durante o ano de 2013. Estudando os documentos institucionais da escola, bem como na observação de aulas e também do comportamento dos estudantes dentro dos demais espaços da escola a problemática da violência me chamou a atenção, principalmente no que tange a questão da indisciplina e do bullying praticado entre os estudantes, processo que se torna ainda mais complexo quando percebi que estas ações discriminatórias eram naturalizadas pelos mesmos.

O segundo contato ocorreu em uma escola da região periférica da cidade, onde tive a oportunidade de atuar como docente admitido em caráter temporário (ACT) durante o ano de 2014 na disciplina de Sociologia para estudantes do ensino médio, além de realizar a atividade de pesquisa e intervenção em sala de aula para a

disciplina de Estágio III, do curso de Licenciatura em Ciências Sociais no mesmo ano. Esta instituição possibilitou a minha primeira inserção como docente no espaço escolar, e ao longo do ano letivo também tive a oportunidade de observar e presenciar ações e processos de violências dos mais diversos gêneros que ocorreram dentro do ambiente da escola. Também ouvi relatos e histórias relacionadas às violências praticadas no espaço da comunidade. Essas questões e impressões foram tão impactantes que me motivaram no mesmo ano a tornar a escola em que atuava um objeto de pesquisa e produzir um artigo sobre a mesma, relacionando-a com a problemática da violência.

Inserido dentro destas instituições de ensino, e a partir dos diversos processos relacionados às violências relatados, observados e vivenciados nas mesmas, tornou-se possível pensar que estas práticas e ações, sendo rotineiras ou não, são registradas de algum modo, sejam elas parcialmente ou na sua totalidade. Esse aspecto nos remete fundamentalmente o olhar sociológico ao trabalho do corpo pedagógico destas instituições de ensino, em analisar e compreender como dentro destas duas dinâmicas ocorre o processo de organização, catalogação, encaminhamentos, ou seja, todos os procedimentos que envolvem os registros de ações e práticas de violências no ambiente escolar. Neste sentido, as primeiras indagações para a construção deste trabalho de pesquisa começaram a tomar forma e amadurecerem.

### 1.2.2 MOTIVAÇÕES SOCIAIS

As motivações sociais para a realização deste trabalho partem também fundamentalmente das problemáticas e dados levantados acerca das práticas e ações de violências tanto no contexto global quanto nacional, apresentadas na introdução deste trabalho. Porém, é um exercício necessário relatar sobre o lugar em que a pesquisa será realizada, neste caso o município de Chapecó.

Em dados pontuais, Chapecó é um município da região Oeste do estado de Santa Catarina, tendo sido fundado no ano de 1917<sup>12</sup>, com uma população estimada em cerca de 205.795 habitantes.

---

12 Dados IBGE 2015:

O nome Chapecó é palavra de origem Kaingang com várias interpretações: "chapadão alto", "chapéu feito de cipó" e "põe no chapéu" para nativos da língua. Segundo pesquisas feitas pelo Dr. Selistre de Campos, a palavra origina-se dos termos "echa" + "apê" + "gô", que na língua dos nativos significa "donde se avista o caminho da roça" (IBGE, 2015, p.1).

Chapecó atualmente desponta com uma das maiores cidades de Santa Catarina, em um cenário progressista que mescla o grande crescimento industrial aliado a forte agropecuária. A versão oficial da história de Chapecó destaca um aspecto desbravador, de colonizadores que contra todas as dificuldades impostas e com árduo trabalho, trouxeram o progresso à região e consolidaram o município de Chapecó. Entretanto, nas entrelinhas, a outra história que também pode ser reconhecida como oficial destaca que nesse processo de colonização houve um grande movimento de violências, cometidas contra os habitantes autóctones da região, em especial os povos indígenas e caboclos. Segundo Poli (1995), percebe-se que nesse processo de colonização há uma forte herança etnocêntrica:

[...] na região oeste catarinense, ocorreu três fases de ocupação humana, são elas: a indígena, a cabocla e a de colonização. Os descendentes de europeus ao chegarem, depararam-se com uma realidade cultural diversa da sua. As diferenças, deram-se em diversos aspectos. Um destes aspectos está na questão econômica. Os descendentes de europeus conceituavam os indígenas e os caboclos como seres preguiçosos, inferiores. Ou seja, colocavam a cultura dos indígenas e dos caboclos em um patamar abaixo da sua cultura" (POLI, 1995, p. 73).

Renk e Savoldi (2008) também retratam esse processo de exclusão social e marginalização sofrido pelos caboclos e indígenas no processo de colonização da cidade. Segundo elas, após a efetivação do processo, ambos ficaram de certa forma perdidos ou melhor dizendo 'extraviados' na cidade de Chapecó. Foram submetidos ao processo de "limpeza da cidade", que na época procurava retirar e excluir do centro

---

**IBGE. Santa Catarina-Chapecó.** Disponível em:

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420420&search=||inifogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>. Acesso em 03/10/15.

<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=420420&search=||inifogr%E1ficos:-hist%F3rico>. Acesso em 03/10/15.

da cidade os indivíduos que forneciam certo constrangimento perante os colonizadores: índios na sua maioria Kaingang e Guarani foram vítimas deste processo de exclusão.

Mesmo que destacada de modo breve, a história da colonização de Chapecó, sob as suas variadas vertentes, nos fornece elementos para pensarmos que foi um local que se formou por intensas disputas e ações de violência, ações estas que permanecem ainda hoje, claro que em uma perspectiva diferente, mas que assim como no passado merece ser dada a devida atenção.

#### 1.2.2.1 TRAÇANDO UM BREVE MAPA DA VIOLÊNCIA DE CHAPECÓ DA ÚLTIMA DÉCADA

Se nos aspectos históricos já podemos identificar que Chapecó é um município com as violências presentes na constituição da sua sociedade, em paralelo esta contextualização deve, mesmo que de modo breve, realizar uma reflexão acerca das práticas de violências nesta cidade que expressam suas facetas na contemporaneidade e que repercutem também no meio escolar.

Ao longo do seu processo de desenvolvimento político, econômico, social e cultural, Chapecó despontou no cenário regional, estadual e nacional. Segundo dados de uma pesquisa realizada em 2011, com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) a “Capital do Oeste” (definição simbólica dada a cidade pela sua importância regional) desponta na 2º colocação do ranking estadual e na 18º posição do Ranking nacional como uma das melhores cidades para se viver<sup>13</sup>. Entretanto, no que tange a questão das violências a realidade apresentada é outra.

Em uma pesquisa realizada no ano de 2013 pela Secretaria de Segurança Pública (SSP) do estado de Santa Catarina, Chapecó aparece como a cidade mais violenta do estado (levando-se em conta o número de habitantes), com cerca de 23

---

13 Informações disponíveis em: <http://www.chapecomais.com.br/noticias/leitura/noticia/chapeca-esta-entre-as-melhores-cidades-brasileiras-para-se-viver->. Acesso em 04/11/15.

assassinatos a cada 100.000 habitantes<sup>14</sup>, o que segundo a pesquisa é um número alarmante se levarmos em conta a quantia populacional como parâmetro de análise. Esse dado torna possível questionar se com o crescimento do número de habitantes também houve por parte do poder público um planejamento da cidade em relação às políticas públicas de segurança para seus habitantes.

No que tange à questão fundamental da violência no ambiente escolar e que perpassa as motivações para a realização deste trabalho de pesquisa, uma pesquisa-intervenção realizada por Bonamigo et al (2014) em escolas públicas do município revelou também a realidade qualitativa conflitante pelas quais passam estudantes, profissionais (docentes; diretores) e familiares dentro do ambiente escolar. A pesquisa se delineou no seguinte sentido:

Em Chapecó (SC) não havia informações sistematizadas sobre violências em escolas, apenas divulgações de ocorrências pela mídia e demandas pelo trabalho do psicólogo para discutir esse tema. Tendo em vista esse cenário, em 2009 foi feita uma pesquisa exploratória, a qual mapeou práticas violentas em treze escolas públicas estaduais de Chapecó (SC), por meio de questionários, com 963 participantes (estudantes, professores e familiares). Essa pesquisa possibilitou identificar as práticas violentas mais presentes nas escolas na concepção dos participantes, sendo distinguidos três tipos de práticas violentas: a) violências na escola: agressão verbal entre alunos, agressões físicas leves entre alunos e ameaças entre alunos; b) violências contra a escola: vandalismo e furto de materiais e equipamentos da escola, agressões verbais e ameaças de alunos contra professores; c) violências da escola: agressões verbais e ameaças de professores contra alunos. (Bonamigo et al, 2014, p. 520)

As informações coletadas nesse processo de investigação segundo Bonamigo et al (2014), representam claramente como se constituem e se desenvolvem cotidianamente as violências nos diversos ambientes que a escola possui, e como estas violências na maioria das vezes são naturalizadas, o que dificulta um trabalho de desconstrução das mesmas, mas que segundo as pesquisadoras não é um trabalho impossível e se faz necessário. Alguns relatos de estudantes mostrados na pesquisa expõe um pouco da realidade cotidiana de violências vivenciadas nas suas escolas:

Na relação entre estudantes, nós achamos que os alunos não se respeitavam como deveriam: havia brigas e agressões verbais com palavras muito baixas (Grupo B).

---

14 Estes dados estão presentes no vídeo da reportagem do Jornal RBS Notícias apresentado em 06/01/14. Disponível em <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/rbs-noticias/videos/v/chapeco-lidera-pesquisa-como-cidade-mais-violenta-de-santa-catarina/3065970/>. Acesso em: 04/11/15.

Entre os estudantes: está cada vez mais difícil o relacionamento. Às vezes um motivo que começa do nada pode virar em um ato de vandalismo. (Grupo D). (Bonamigo et al, 2014, p. 522)

Em outra observação realizada durante a pesquisa Bonamigo et al (2014), descreveram as angústias e problemáticas enfrentadas por docentes e familiares em relação as situações de violências praticadas e também sofridas pelos estudantes/filhos (as):

Apesar de um grupo de estudantes afirmar: “Não há muitas agressões e violências na escola”, citou uma situação que ocorreu entre dois estudantes: “Eles quase se mataram dentro da sala, de faca, soqueira e canetas”. Outras situações com presença de violência na relação entre estudantes também foram destacadas por familiares e professores. Uma mãe referiu que seu filho “reclamava muito que puxavam suas calças” e uma professora relatou que uma aluna ao ser chamada à atenção, foi até o banheiro, deu um soco no espelho, quebrando-o e ferindo-se. (Bonamigo et al, 2014, p. 522).

Ao final da pesquisa os pesquisadores supracitados destacaram que a concepção de enfrentamento e e/ou resolução das situações de violências presentes na escola mais comum entre todo o grupo de docentes, diretores, estudantes e familiares seria a presença da polícia e/ou de um guarda que permaneçam no espaço da escola. Entretanto, refletindo sobre esta concepção de segurança questiona-se: será mesmo que a figura de uma autoridade do estado estando presente na escola evitaria e ou minimizaria situações de violências que estão arraigadas nas relações interpessoais de todos os sujeitos presentes no espaço escolar e extrapolam os muros da escola?

Em síntese, este mapa das violências no município de Chapecó que traça seu percurso inicial em um aspecto mais geral e depois se debruça sobre o espaço escolar vem para revelar um pouco das contradições do município, que, apesar de oferecer uma boa qualidade de vida a seus habitantes, tem as práticas de violências cada vez mais difundidas nos diversos setores da sociedade civil, o que ressalta a importância de estudos nesse campo afim de diagnosticá-las e combatê-las, afinal a violência está aqui e não pode ser negligenciada, nem pelo poder público e nem pela sociedade civil.

### 1.2.3 MOTIVAÇÕES INSTITUCIONAIS

As motivações institucionais para a realização desta atividade de pesquisa partem, sobretudo, do esforço de integrar e fortalecer os laços da Universidade Federal da Fronteira Sul com os demais setores da comunidade externa, demanda que foi observada durante a pesquisa, onde em algumas rodas de conversa foi levantada por parte de membros das instituições pesquisadas a problemática de que eles percebem que a Universidade Federal da Fronteira Sul está muito distante destes órgãos e que é necessário que haja a aproximação da instituição de ensino com os mesmos, afim de estabelecerem parcerias de pesquisa e extensão que envolvam investigações, trabalhos de campo, atividades formativas dentre outros processos. Os membros dos órgãos pesquisados ressaltaram que precisam de apoio científico e intelectual para poderem continuar a desenvolver um trabalho de qualidade, e a UFFS pode fornecer isso a eles.

Uma problemática levantada nas rodas de conversa foi que muitas vezes as instituições de ensino, de modo geral, utilizam estes órgãos do município como objeto de estudo para realizarem atividades de pesquisa e posteriormente não retornam aos mesmos para trazer uma devolutiva dos resultados e/ou problemáticas levantadas, e isso para eles é algo ruim, pois não se partilha das problemáticas. Visto essa demanda, propomos que possamos de acordo com viabilidade e a disponibilidade de cada contexto retornar a estes órgãos para realizar esta atividade devolutiva do trabalho de pesquisa, debatendo com os sujeitos as diferentes contribuições, possibilidades de caminhos que a pesquisa ainda pode seguir.

Outro aspecto fundamental que este trabalho possui é o de fomentar futuras pesquisas acerca dos dados que serão levantados por este trabalho de investigação exploratória. A ideia nesse passo inicial é criar um banco de dados que possa tornar possível investigações mais detalhadas sobre aspectos específicos de violências e/ou outras problemáticas viáveis a partir deste conjunto de informações quali-quantitativas, que possibilitem compreender as realidades e situações vigentes. Neste passo e com a parceria destas mesmas instituições pesquisadas, bem com o advento de outras que se dispuserem a pensar e trabalhar com a temáticas das violências, é que a partir dos indicadores se poderá futuramente pensar a criação e a aplicação de políticas públicas que possibilitem trabalhar para o entendimento, resolução e/ou controle de

ações e práticas de violências cometidas no município de Chapecó e região, sejam elas na escola ou em outros setores da sociedade.

O segundo capítulo busca descrever sobre os métodos de investigação utilizados ao longo do desenvolvimento da pesquisa, o caráter qualiquantitativo e exploratório que ela possui, rodas de conversa, relatos de campo e os pressupostos éticos que norteiam este trabalho.

O terceiro capítulo se dedicará a descrever os aspectos teóricos que embasam este TCC, contextualizando a violência no seu aspecto mais geral e também mais específico, caracterizando os tipos de violências e como ela está presente em instituições como a escola.

O quarto capítulo se dedicará a descrever o desenvolvimento e as análises da pesquisa, a partir dos dados que foram fornecidos pelas instituições pesquisadas. Embasado pelo conteúdo teórico do terceiro capítulo será realizada uma reflexão, objetivando identificar e compreender onde as instituições pesquisadas se aproximam e se distanciam nos seus discursos, nas suas práticas de trabalho, bem como nas suas relações e nos trabalhos que elas mantêm com as escolas: se desenvolvem uma postura de trabalho integrada e ao mesmo tempo integradora e quais novas possibilidades de estudo esses dados podem nos fornecer. Neste capítulo também são realizados recortes teóricos, que discutem quais as legislações vigentes em relação à prática de algumas violências, quais órgãos públicos são responsáveis por trabalhar com casos de violências e estratégias de encaminhamentos possíveis frente a esta problemática.

Neste capítulo além da caracterização da violência como um fenômeno global e nacional destacamos os objetivos, motivações e a contextualização da pesquisa realizada. No próximo daremos ênfase à metodologia empregada na realização do trabalho.

## 2 METODOLOGIA DO TRABALHO DE PESQUISA

Todo e qualquer trabalho e/ou exercício de pesquisa necessita estar amparado sobre métodos que forneçam recursos e instrumentos que possam auxiliar o pesquisador ao longo do processo de investigação sobre determinado fato, fenômeno, ou realidade social. Por conta dessa problemática é que este trabalho deve também assumir a tarefa de esclarecer ao leitor os métodos utilizados no desenvolvimento do processo pesquisa, com o objetivo de situá-lo sob quais parâmetros os dados e informações foram coletados, analisados e problematizados.

Esta pesquisa de caráter qualiquantitativo descritivo no seu aspecto metodológico de trabalho se desenvolveu alicerçada sobre três atividades fundamentais, que são: a pesquisa exploratória, a roda de diálogos e a coleta de informações a partir das observações de campo, cada uma realizada isoladamente e/ou em conjunto ao longo do processo de investigação. É sobre estes métodos e instrumentos de pesquisa que o presente capítulo se desenvolve.

### 2.1 O QUE É A PESQUISA QUALITATIVA E QUANTITATIVA?

Para responder esta questão é necessário estudarmos cada um destes dois métodos, afim de que nos torne possível ter clareza do conjunto de características que cada um deles abarca e como essas duas linhas de pesquisa se complementam.

A metodologia quantitativa está estruturada fundamentalmente sobre um processo de investigação que se estabelece através de critérios matemáticos, e a análise dos dados de pesquisa são realizadas baseando-se em modelos estatísticos. Dalfovo; Lana; Silveira (2008) destacam que o uso do método quantitativo no trabalho de campo é um modelo que conduz a resultados que possuam chances menores de modificação e/ou distorção dos dados apresentados, para tal afirmação eles recorrem a Pooper (1972 apud DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008, p. 7) que diz:

De uma forma geral, tal como a pesquisa experimental, os estudos de campo quantitativos guiam-se por um modelo de pesquisa onde o pesquisador parte de quadros conceituais de referência tão bem estruturados quanto possível, a partir dos quais formula hipóteses sobre os fenômenos e situações que quer estudar. Uma lista de consequências é então deduzida das hipóteses. A coleta de dados enfatizará números (ou informações conversíveis em

números) que permitam verificar a ocorrência ou não das consequências, e daí então a aceitação (ainda que provisória) ou não das hipóteses. Os dados são analisados com apoio da Estatística (inclusive multivariada) ou outras técnicas matemáticas. Também, os tradicionais levantamentos de dados são o exemplo clássico do estudo de campo quantitativo.

Dalfovo; Lana; Silveira (2008) também referenciam Diehl (2004), ao discutirem os diferentes tipos de pesquisa quantitativa e as significações que cada um deles assumem:

“[...] segundo Diehl (2004) pode-se citar os de correlação de variáveis ou descritivos (os quais por meio de técnicas estatísticas procuram explicar seu grau de relação e o modo como estão operando), os estudos comparativos causais (onde o pesquisador parte dos efeitos observados para descobrir seus antecedentes), e os estudos experimentais (que proporcionam meios para testar hipóteses)”. (DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008, p. 8)

Em síntese, segundo Dalfovo; Lana; Silveira (2008), a pesquisa quantitativa traça seu percurso de análise da realidade social enfatizando sobretudo a matemática como uma forma de linguagem, pela qual podem ser elaborados inúmeros problemas com possibilidades de investigações.

A metodologia de pesquisa qualitativa no seu sentido mais básico trata-se de um procedimento de observação, descrição e compreensão, que resultam em significados sobre determinados objetos, fatos, sujeitos ou fenômenos em estudo, ou seja, é o conjunto de técnicas que são adotadas com a finalidade de se construir uma reflexão acerca de uma determinada realidade.

Entretanto, no método qualitativo há um direcionamento na pesquisa que visa trabalhar com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Sendo assim, a pesquisa qualitativa direciona sua área de estudo no sentido dos valores, das crenças e demais processos que geram uma significação das relações. Estes tipos específicos de relações não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (numéricas), pois seu contexto demanda de um estudo mais amplo, mas é importante salientar de que no método qualitativo não existe suposta certeza do método experimental, devido a isso quem observa ou interpreta (o pesquisador) influencia e também é influenciado pelo fenômeno pesquisado.

Dentre alguns dos teóricos que se dedicaram a estudar e entender os procedimentos metodológicos desse modelo de pesquisa destaca-se a docente Arilda Schmidt Godoy, em sua análise conceitual ela destaca que:

A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos

estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados, envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (GODOY, 1995, p. 58).

Ou seja, segundo Godoy (1995), na pesquisa qualitativa o pesquisador se encontra como sujeito chave de catalogação e análise dos dados que são fornecidos pelo ambiente de pesquisa. Nesse processo, a preocupação maior destaca-se no sentido essencial da interpretação de fenômenos e a atribuição de resultados.

Segundo Godoy (1995), no método de pesquisa qualitativo não existem hipóteses preconcebidas, pois estas são construídas a partir da observação (indução<sup>15</sup>). Godoy (1995) discute também que as diversidades existentes entre os trabalhos qualitativos englobam um conjunto de características essenciais, por sua vez, estas características são capazes de identificar uma pesquisa desse gênero.

## 2.2 CONSIDERAÇÕES E DIFERENCIAÇÃO ENTRE AS METODOLOGIAS DE PESQUISA QUANTITATIVA E QUALITATIVA

Entende-se que a metodologia de pesquisa qualitativa busca a partir de suas técnicas (observação, descrição, interpretação e compreensão), produzir um conhecimento acerca de determinado fato ou fenômeno na sociedade.

A metodologia quantitativa tem seu método pautado no uso de questões probabilísticas, e que se expressam, sobretudo, através de um modelo de pesquisa baseado em meios estatísticos (matemáticos).

Na metodologia qualitativa se exerce o sentido indutivo de investigação, que inicialmente trata do fenômeno no seu aspecto particular expandindo-o posteriormente para o seu aspecto geral. Por ter esse caráter ela pode variar ao longo do tempo, pois é um modelo de pesquisa que realiza diversos recortes científicos acerca do

---

15. Em seu sentido mais básico o modelo indutivo é o desenvolvimento de um estudo de pesquisa qualitativa que supõe um corte temporal-espacial de determinado fenômeno por parte do pesquisador. Esse corte possibilita a definição do campo de pesquisa e a dimensão em que o trabalho desenvolver-se-á (território a ser mapeado).

Segundo Godoy (1995), quatro aspectos essenciais devem ser levados em consideração para o desenvolvimento da pesquisa qualitativa:

- 1- O ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental.
- 2- O caráter descritivo.
- 3- O significado que as pessoas dão as coisas e a sua vida como preocupação do investigador.
- 4- Enfoque indutivo.

fenômeno ou objeto de estudo. Já a metodologia de pesquisa quantitativa trabalha no sentido dedutivo, este consiste de um raciocínio, uma conclusão objetiva, e isso a ciência exata da matemática pode fornecer, a pesquisa quantitativa serve para compreender a sociedade como um todo por meios estatísticos e lógicos.

Entretanto, algo que se cabe salientar dentre estes dois modelos de pesquisa é de que tanto um quanto em outro o papel do pesquisador se apresenta como essencial.

Minayo e Sanches (1993) destacam algo do que é sempre importante ter consciência durante o desenvolvimento de qualquer atividade de pesquisa que se utilize dos instrumentos qualitativos e/ou quantitativos, que é o fato do pesquisador compreender que estes métodos apesar de promoverem individual ou conjuntamente uma percepção de determinada realidade social possuem limitações:

“[...] ambas as abordagens são necessárias, porém, em muitas circunstâncias, insuficientes para abarcar toda a realidade observada. Portanto, elas podem e devem ser utilizadas, em tais circunstâncias, como complementares, sempre que o planejamento da investigação esteja em conformidade” (1993, p. 240).

Neste trabalho de pesquisa o método quantitativo se apresenta pela coleta, sistematização e apresentação dos dados obtidos na DPCAMI<sup>16</sup>, que se caracterizam pelos registros de ocorrências de violências envolvendo crianças e adolescentes no município de Chapecó e também do conselho tutelar da região Sul da cidade, que representam o número de violações praticadas contra crianças e adolescentes<sup>17</sup>. Ambos os dados correspondentes ao período que compreende os anos de 2014 e 2015.

A análise qualitativa neste trabalho objetiva complementar as informações contidas nos dados estatísticos a partir da perspectiva das rodas de diálogo realizadas

---

16 Cabe destacar que os dados recebidos na DPCAMI pertencem a um banco de dados geral de um sistema digital que pertence a polícia militar do estado de Santa Catarina, e são correspondentes aos boletins de ocorrência de todos os tipos de delito e/ou ato infracional cometidos no município de Chapecó, que só podem ser realizados na 1º, 2º e 3º Delegacias de Polícia (DP), Central Plantão de Polícia (CPP) e a própria Delegacia de Polícia, Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI), ambos correspondentes a 12º Delegacia Regional de Polícia (DRP) do estado.

17 Os dados fornecidos pelo conselho tutelar são parte do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA), que também é um sistema digital exclusivo e de acesso restrito aos profissionais que atuam no conselho, pertencente a rede de conselhos tutelares do estado de Santa Catarina, que registra as violações contra crianças e adolescentes criando um banco de dados que torna possível realizar parâmetros de análise em relação as violências cometidas e/ou sofridas por este grupo.

com os agentes policiais e com as conselheiras tutelares, bem como dos registros no diário de campo, que destaca todo o processo de inserção, acolhimento, apresentação e pesquisa dentro das instituições em questão, possibilitando uma compreensão de caráter mais geral acerca da dinâmica cotidiana de trabalho destes agentes e conselheiras, da realidade social sobre a qual eles atuam, suas angústias, dentre outros processos.

### 2.3 DELINEANDO AS CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE PESQUISA

Realizado o percurso de discussão em relação aos métodos quali-quantitativos de pesquisa é que pode se pensar sobre quais fases que o processo de investigação e análise dos dados e informações coletadas estará estruturado este trabalho acadêmico. Neste sentido, referencio novamente Dalfovo; Lana; Silveira (2008) que com base nos escritos de Boente; Braga (2004), destacam dentre alguns objetivos dois que são essenciais nessa monografia, que são a pesquisa descritiva e a pesquisa exploratória:

- a) descritiva – estando dentro de análises quantitativas e qualitativas, quando há um levantamento de dados e o porquê destes dados;
- b) exploratória – a investigação de algum objeto de estudo que possui poucas informações; (DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008, p. 4)

Segundo Minayo (2003), a pesquisa na fase exploratória deve, sobretudo, seguir algumas orientações metodológicas importantes, com o objetivo de garantir uma maior tranquilidade ao pesquisador no desenvolvimento da pesquisa. Ambas as etapas devem estar articuladas facilitando o trabalho de coleta, análise e reflexão acerca dos dados e informações quali-quantitativas obtidos no processo de investigação, sendo estas orientações caracterizadas pela:

- a) A escolha do tópico de investigação.
- b) A delimitação do problema.
- c) A definição dos objetos e dos objetivos.
- d) A construção do marco teórico conceitual.
- e) A escolha dos instrumentos de coleta de dados.
- f) A exploração de campo. (MINAYO, 2003, p. 32)

O processo da pesquisa descritiva nesse trabalho se caracteriza em destacar a partir de um processo de análise quali-quantitativo as problemáticas de como ocorrem os encaminhamentos de situações e ações de violências contra crianças e

adolescentes em idade escolar em órgãos e instituições do município de Chapecó, responsáveis por receberem e realizarem o atendimento à estas ocorrências, sendo que neste caso o foco da pesquisa será sobre duas instituições específicas, que são a DPCAMI e o Conselho Tutelar da região Sul.

A opção pela realização da pesquisa exploratória se materializa neste momento com o intuito de criar a partir dos indicadores e informações coletadas na DPCAMI e no Conselho Tutelar da região Sul um banco de dados, que possibilite tornar possível a realização de pesquisas e investigações mais detalhadas sobre aspectos específicos de violências e/ou outras problemáticas viáveis a partir deste conjunto de informações quali-quantitativas, e que por sua vez possibilitem compreender as realidades e situações de violências vigentes no município, como já destacado no capítulo introdutório deste trabalho.

Importante destacar também que em pesquisas bibliográficas físicas e digitais realizadas neste período da pesquisa não se encontraram escritos que realizassem uma análise sobre aspectos de violências envolvendo crianças e adolescentes em idade escolar no município de Chapecó-SC, relacionando-as com a DPCAMI e o conselho tutelar Sul, o que torna esse campo de estudo inexplorado até este momento.<sup>18</sup>

#### 2.4 RODA DE CONVERSA COMO UM MÉTODO QUALITATIVO E INTEGRADOR DE PESQUISA CIENTÍFICA

O processo de interação com os sujeitos da pesquisa é sempre um passo desafiador e importante, e o conjunto de métodos que possibilitam esse contato bem como a coleta de informações também é bastante variado. De acordo com o objetivo de cada pesquisador no seu processo de investigação, ele pode realizar questionários, entrevistas estruturadas e semiestruturadas, dentre outros modelos,

---

18 É importante destacar algumas produções oriundas de pesquisas que discutem a problemática das violências no município Chapecó, mas que não tratam especificamente da questão de crianças e adolescentes em idade escolar que podemos encontrar em domínio público:

- **Violências, Direitos Humanos e Segurança Pública em Debate.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v31n4/v31n4a10.pdf>. Acesso em 01/11/15.
- **Violência de gênero na Comarca de Chapecó – 1958 a 1988.** Disponível em: [http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT3\\_Fernanda%20Arno.pdf](http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT3_Fernanda%20Arno.pdf). Acesso em:01/11/15.

afim de que ele possa obter com segurança os elementos e informações para sua pesquisa, informações estas que possuem essencialmente um caráter qualitativo, pois as falas dos sujeitos sempre remetem a uma realidade e uma dinâmica social que os mesmos conhecem e/ou vivenciam.

Esse desafio de criar um espaço em que os sujeitos da pesquisa possam interagir entre si e com o pesquisador de uma maneira espontânea, de modo que todos os seus discursos e impressões acerca do tema em discussão possam ser compartilhados ao grupo em uma dinâmica em que todas as vozes tenham a mesma medida de importância se apresenta como uma tarefa complexa, e é neste sentido que a roda de conversa traça seus objetivos segundo Iervolino e Pelicioni (2001 apud MELO; CRUZ, 2004, p. 33):

A coleta de dados por meio da *Roda de Conversa* permite a interação entre o pesquisador e os participantes da pesquisa por ser uma espécie de entrevista de grupo, como o próprio nome sugere. Isso não significa que se trata de um processo diretivo e fechado em que se alternam perguntas e respostas, mas uma discussão focada em tópicos específicos na qual os participantes são incentivados a emitirem opiniões sobre o tema de interesse

A roda de conversa pode proporcionar informações que embasam análises tanto no aspecto macro quanto no aspecto microscópico sobre uma determinada realidade social da qual o sujeito pesquisado fala. Entretanto segundo Melo e Cruz, se faz essencial também que ela possua uma característica organizacional coesa, afim de evitar que as impressões dos sujeitos que dialogam na roda coletiva tracem um percurso totalmente genérico sobre contexto, fenômeno e/ou objeto pesquisado e que até mesmo desvirtuem totalmente o foco do diálogo.

É importante ressaltar que a roda de conversa apresentada por Melo e Cruz (2004) se encontra ligada, sobretudo, à dinâmica do espaço escolar, e de um método de pesquisa que promova uma melhor interação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, sujeitos estes que como o texto apresenta são caracterizados pelos estudantes. É válido pensar a roda de conversa para além da escola, promovendo que a mesma possa ser aplicada em outras instituições e espaços, e que os sujeitos possam compreendê-la como um caminho seguro de investigação. É a esta tarefa também que este trabalho se propõe, ao adotar a roda de conversa como um método de caráter qualitativo, organizado a partir de um processo de mediação entre o pesquisador, os agentes policiais e as conselheiras tutelares.

## 2.5 PRESSUPOSTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Percebe-se nos últimos tempos, dentro do mundo acadêmico, uma carga de exigências éticas muito rigorosas em relação ao ato da pesquisa científica, sobretudo nas áreas do conhecimento que envolvem a pesquisa e a manipulação com seres humanos. Compartilhando desta mesma preocupação é que esta pesquisa também buscou se organizar a partir de princípios éticos, amparando-se em uma prática pedagógica de construção do conhecimento desenvolvida pela teoria freiriana, cuja fundamentação está ligada ao princípio da eticidade<sup>19</sup>.

Segundo Freire (1996), a ética é uma prática que representa uma especificidade humana, em que “não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar longe ou pior, fora da ética, entre nós, mulheres e homens, é uma transgressão” (FREIRE, 1996, p. 18). E enquanto prática educativa e formadora ela é fundamental ao educador, pois representa a sua postura frente aos ensinamentos de seus educandos, com o intuito de evitar a construção de concepções e comportamentos imorais, discriminatórios nos mesmos dentro da sua vivência em sociedade:

Posso não aceitar a concepção pedagógica deste ou daquela autora e devo inclusive expor aos alunos as razões por que me oponho a ela mas, o que não posso, na minha crítica, é mentir. É dizer inverdades em torno deles. O preparo científico do professor ou da professora deve coincidir com sua retidão ética. É uma lástima qualquer descompasso entre aquela e esta. Formação científica, correção ética, respeito aos outros, coerência, não permitir que o nosso mal-estar pessoal ou a nossa antipatia com relação ao outro nos façam acusá-lo do que não fez são obrigações a cujo cumprimento devemos humilde mas perseverantemente nos dedicar. (FREIRE, 1996, p. 8)

Freire destaca o princípio da ética tanto na formação quanto no exercício da docência, e se partirmos para uma análise no aspecto da formação, percebe-se que é essencial que o futuro docente também desenvolva e perpetue ao longo de sua carreira o caráter ético no exercício da pesquisa científica, com o intuito de

---

19 Paulo Freire traz uma concepção pedagógica de eticidade, da qual será o fundamento da discussão ética desse projeto, entretanto na sua concepção acadêmica e científica mais geral a eticidade é um substantivo feminino que expressa a qualidade do que é ético e moral, caracterizando alguém que age dessa forma. De acordo com Hegel, a eticidade também pode ser retratada como "moralidade objetiva" ou "vida ética" e expressa à verdade de dois conceitos abstratos - o direito e a moralidade. Segundo o filósofo alemão, a concretização, limitação e mediação da liberdade constituem o âmbito da eticidade, e a fim de realizar a liberdade, está presente na família, na sociedade civil e no Estado. Disponível em: <http://www.significados.com.br/eticidade/>. Acesso em 02/04/2015.

desenvolver posturas coerentes, respeitosas e verdadeiras no campo do conhecimento, e que não transgrida a concepções imorais, falsas e preconceituosas em relação ao mesmo.

Embasado no pressuposto da eticidade é que este trabalho busca se organizar, a fim de garantir a preservação e a integridade moral e ética das instituições pesquisadas, bem como dos sujeitos envolvidos nestes espaços, e que inevitavelmente se tornam parte do processo de investigação e análise também.

A coleta dos dados foi realizada mediante a autorização das pessoas responsáveis pelas instituições, tanto do conselho tutelar sul como da DPCAMI e em ambos os casos foi entregue uma carta de ciência para que os sujeitos tomassem conhecimento da pesquisa e dos objetivos da mesma, e que posteriormente concordaram em fornecer os documentos para o processo de investigação, análise e problematização deste trabalho.

Em relação aos relatos de campo, bem como das rodas de diálogo, todos os nomes e identidades dos sujeitos que participaram foram preservados, destacando apenas a função que cada um exerce na sua instituição.

Realizadas estas discussões metodológicas o próximo capítulo terá por objetivo descrever sobre as concepções teóricas de violências presentes na sociedade e demais questões que orientam e embasam a construção deste TCC.

### 3 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

Como já foi destacado ao longo deste trabalho, pensar a violência na sua dinâmica e pluralidade é algo que demanda de grande esforço intelectual, prático e científico. Neste sentido ele deve estar embasado sobretudo por um conjunto de pensadores (as) e pesquisadores (as) que se dediquem a investigar e discutir sobre esta temática.

O presente capítulo procura discutir, a partir de uma perspectiva sociológica, ora de modo mais geral, ora de modo mais específico alguns conceitos de violências presentes em nossa sociedade, e, como ela está presente em instituições como a escola. Esses escritos darão suporte para as análises que serão realizadas no próximo capítulo deste trabalho de conclusão de curso.

#### 3.1 CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE O TERMO VIOLÊNCIA

Entende-se que na sua complexidade o conceito de violência é plural, abrangendo uma concepção ampla de sentidos e significados, tanto na definição científica do termo quanto na questão prática, pois ela ocorre a partir de vários fatores dentro dos espaços sociais de convívio humano. Neste sentido, segundo Porto (2010, p. 105), faz-se de grande relevância para a análise e estudo do fenômeno da violência o exercício do olhar sociológico, que:

[...] tem como difícil tarefa construir instrumentos teóricos claros que permitam defini-la não apenas considerando as relações entre o fenômeno e suas representações, mas diferenciando igualmente o conceito de suas manifestações empíricas.

Ou seja, o olhar sociológico do pesquisador precisa realizar uma reflexão que vá além do simples ato, que pode ser caracterizado como uma forma ou manifestação de violência, mas sim que possa estabelecer critérios para defini-lo, fugindo da generalidade que o conceito tem dentro do senso comum na sociedade.

Sendo assim, a primeira proposta pertinente a discutir sobre violência vem ao encontro da tentativa da sua desnaturalização dentro da sociedade, trazendo embasamento conceitual e sistemático para a compreensão deste fenômeno, visto que é um dos grandes problemas da atualidade, manifestando-se nos mais diversos

espaços e instituições de sociabilidade. Pois segundo Porto (2002) não podemos ser ingênuos de conceituar uma temática tão ampla como a violência a partir de um senso comum:

Pois não se pode negar [...] o fato de a violência ser um fenômeno empírico antes do que um conceito teórico. Retirado diretamente da realidade social que descreve, o conceito tem sido de tal forma apropriado pelo senso comum, pela política, pela mídia ou por vários outros campos que não o científico. (PORTO, 2002, p. 153).

Já o dicionário do pensamento social do século XX (Outhwaite e Bottomore, ed., 1996) não exclui totalmente a compreensão do senso comum sobre a violência, desde que se levem algumas considerações importantes em relação a interação entre os sujeitos na sociedade, bem como da compreensão dos mesmos acerca dos diferentes significados que os termos de agressão possuem:

Não existe uma definição consensual ou incontroversa de violência. O termo é potente demais para que isso seja possível. Não obstante, um entendimento do termo ditado pelo senso comum é, grosso modo, que a violência classifica qualquer agressão física contra seres humanos, cometida com a intenção de lhes causar dano, dor ou sofrimento. Agressões similares contra outros seres vivos são também consideradas, com frequência, atos de violência. E é comum falar-se também de violência contra certa categoria de coisas, sobretudo a propriedade privada. (ARBLASTER, 1996, p. 803)

Mesmo que este debate sobre violência neste projeto esteja ocorrendo de modo introdutório, já se torna possível perceber que existem muitas divergências no que tange à caracterização desta temática dentro do campo do conhecimento. Porém, para concluir esta discussão conceitual de violência há que se recorrer aos escritos de Hannah Arendt, uma importante pensadora deste fenômeno, e que a partir de suas reflexões tornou possível traçar um novo parâmetro de estudos da violência na sociedade e principalmente no campo da educação.

Arendt revela sua preocupação no sentido da violência como um fenômeno presente no desenvolvimento das ações e relações humanas em sociedade:

Ninguém que se dedique a meditação sobre a história e a política consegue se manter ignorante do enorme papel que a violência sempre desempenhou nas atividades humanas, e, à primeira vista, é bastante surpreendente que a violência tão raramente tenha sido objeto de consideração. (ARENDR, 1985, p. 7).

Segundo Pupo (2007), Arendt nos destaca a importância do estudo da violência, e que esta não deve passar despercebida aos nossos olhos, ou que muito menos seja naturalizada e tida como uma causalidade da existência humana, afinal nunca podemos dimensionar o grau que uma violência pode atingir até que ela aconteça, bem como os problemas políticos, sociais, culturais, enfim, dos mais variados gêneros que ela pode trazer aos grupos e instituições sociais que são afetados por ela.

Ao longo de sua obra, Arendt também se dedicou a diferenciar os conceitos de poder, vigor, força e autoridade do fenômeno da violência, pois segundo Pupo (2007), nas palavras de Arendt “[...] esses termos por indicarem uma relação de dominação, são comumente assumidos como sinônimos, o que gera confusão conceitual” (PUPO, 2007, p. 22), ou seja, cada um possui uma especificidade que se relaciona com o fenômeno da violência, entretanto não são necessariamente um produto dela.

### 3.2 CONCEPÇÕES TEÓRICAS DE VIOLÊNCIA NA ESCOLA

A compreensão das violências dentro do espaço escolar, contexto que segundo Ames e Hauser (2013), nas últimas décadas tem sido um local de intensas manifestações de violências, e que muitas vezes a comunidade escolar mesmo identificando e tendo consciência destes processos, não tem o preparo teórico/prático necessário para lidar com situações desse gênero.

A problemática dos sujeitos envolvidos nas manifestações de violências na escola, bem como os procedimentos pedagógicos de resolução destes fenômenos também chamam a atenção de Pupo (2007). Segundo ela, na grande maioria das vezes são adotados procedimentos negligentes e excludentes, negando as contribuições teóricas que possibilitam um esclarecimento das concepções de violências, e que poderiam auxiliar nos possíveis caminhos de ações pedagógicas que possibilitassem resoluções efetivas a estes fenômenos ao invés de legitimá-lo.

“Muitos dos discursos produzidos pelos estudiosos da questão da violência escolar, assim como daqueles que participam do dia a dia na escola ainda desconsideram em suas análises as contribuições que as reflexões de Hannah Arendt trouxeram à discussão e emitem juízos que mostram confusão conceitual entre violência e agressividade ou força, ou personalizam a violência desconsiderando seu caráter fundamentalmente instrumental.

Muitos educadores permanecem considerando este ou aquele sujeito como violento e/ou gerador de violência” (PUPO, 2007, p. 24)

Para Ames e Hauser (2013), a violência escolar já é um fenômeno de proporção global, e se apresenta em todos os contextos, não importando a condição econômica, social ou cultural. Importante ressaltar que violência não é sinônimo de conflito, mas a forma como os conflitos são administrados podem vir a se tornar violência. Os fatores que levam a eclosão desses conflitos são vários, dotados também de significados e sentidos, que variam de acordo com a realidade de cada contexto.

As autoras supracitadas consideram que um fator importante para a ocorrência das práticas de violência dentro do espaço escolar se deve à questão relacional, envolvendo docentes, estudantes, direção e comunidade no cotidiano da escola. Visto que a escola é um espaço dinâmico, e que a todo momento promove novas situações de interação dentro do processo de ensino/aprendizagem de seus agentes, conseqüentemente ela também (re)cria o espaço para práticas de incivildades e violências, ora conscientes, ora inconscientes. Na maioria dos casos, a escola tem uma certa organização para lidar com estes conflitos, mas muitas vezes possui limitações práticas e de formação de seus profissionais, o que pode dificultar os encaminhamentos dessas atitudes.

Nestes casos “[...] agrava-se o sentimento de injustiça, o qual é banalizado, ocasionando sofrimentos entre os sujeitos” (AMES; HAUSER, 2013, p. 106), tanto nos sujeitos que sofrem as violências como também aos que as praticam. Mas o que seriam estas violências e incivildades? Quais as categorias que temos para defini-las?

A violência estaria mais ligada ao ataque da lei e imposição de força; o conflito é inerente a uma sociedade democrática e pluralista, pois, a troca de ideias faz emergir sentidos divergentes conforme as construções sócio-histórico-culturais dos sujeitos que dialogam (AMES, 2012). Já as incivildades não contradizem as leis e nem extrapolam o uso da força, mas as regras da boa convivência: “desordens, empurrões, grosserias, palavras ofensivas, geralmente ataque cotidiano - e com frequência repetido - ao direito de cada um (professor, funcionários, aluno) ver respeitada sua pessoa” (CHARLOT, 2002, p. 437). Abramovay e Avancini (2014) também utilizam as teorias de Bourdieu, Charlot e Debarbieux para definir as diversas modalidades de violências e incivildades, categorizando-as do seguinte modo:

1. A violência física: é aquela que pode matar. Consiste em ferimentos, golpes, roubos, crimes, tráfico, violência sexual.
2. A violência simbólica ou institucional: se mostra nas relações de poder, na violência verbal entre professores e alunos, por exemplo. Segundo Bourdieu (2001), a violência simbólica se tece através de um poder que não se nomeia, que dissimula as relações de força e se assume como conivente e autoritário.
3. As incivildades: caracterizam-se pelas micro violências, humilhações, falta de respeito. (ABRAMOVAY; AVANCINI, 2014, p. 32)

Ames e Hauser (2013), trazem a definição da categoria de ameaça, que também pode ser enquadrada como uma forma de violência. Segundo as pesquisadoras a ameaça se configura “[...] como um ato cujo objetivo é amedrontar, intimidar, criar uma situação de insegurança, sublinhar a superioridade” (AMES; HAUSER, 2013, p. 103).

Em relação à questão da violência dentro do espaço escolar como uma prática emergente dentro do contexto globalizado e capitalista em que vivemos, Ames e Hauser (2013) também revelam uma preocupação importante, a da naturalização das práticas de violências dentro das instituições sociais, e também das ações punitivas tradicionais de enfrentamento a estas violências. Segundo Ames e Hauser (2013, p. 107):

[...] A invisibilidade das pessoas que não conseguem se inserir na sociedade em que a possibilidade de consumo é simultaneamente o grande igualador e o grande divisor, aumenta os sentimentos de desvalia e de exclusão, reforçando uma sociedade “dual”: os que estão incluídos sentem medo dos que não estão incluídos, o que fragiliza os laços sociais. Diante da violência e da exclusão cotidiana corre-se o risco de entendermos como natural ao ser humano a violência e de acharmos que não existe forma eficaz de lidar com ela, que não seja por meio dos instrumentos punitivos/retributivos e tradicionais.

A partir dessa discussão cabe pensar em que medida o contexto social em que o estudante vive, influencia e/ou o estimula na realização das práticas e ações de incivildade e violência dentro do espaço escolar.

Discutir sobre a problemática das violências dentro do ambiente escolar é algo importante, mas que carece de atenção. Segundo Abramovay e Rua (2003), em virtude de a escola ser um espaço dinâmico, as percepções e interpretações da violência podem variar pelo modo como esse meio é abordado:

Outro fator que dificulta a apreensão e a análise da violência - em particular da violência escolar - é o fato de que não existe consenso sobre o significado

de violência. O que é caracterizado como violência varia em função do estabelecimento escolar, do status de quem fala (professores, diretores, alunos, etc), da idade e, provavelmente, do sexo. (ABRAMOVAY; RUA, 2003, p. 21)

Com essa preocupação é que segundo Abramovay e Rua (2003), diversos pensadores e pesquisadores no mundo todo em suas literaturas vêm buscando aprimorar o conceito de violência, colocando os jovens como público-alvo e pensando o lugar da escola como instituição. Abramovay e Rua (2003) ressaltam que, em virtude disso, a literatura brasileira também aderiu a estas transformações, contemplando aspectos éticos, políticos e também simbólicos que as violências possuem, para além do seu aspecto físico.

Como já foi discutido neste texto, as violências escolares podem variar de lugar para lugar. Nessa perspectiva, segundo Abramovay e Rua (2003), é importante levar em consideração os fatores internos e externos que as motivam, destacando as características de agressores e vítimas que praticam e sofrem ações de violências, não reduzindo as causas das mesmas a apenas um fator:

Entre os aspectos externos (chamados pelos especialistas de variáveis exógenas), é preciso levar em conta, por exemplo:

- questões de gênero (masculinidade/feminilidade);
- relações raciais (racismo, xenofobia);
- situações familiares (características sociais das famílias);
- influência dos meios de comunicação (rádio, TV, revistas, jornais etc);
- espaço social das escolas (o bairro, a sociedade).

Entre os aspectos internos (chamados de variáveis endógenas), deve-se levar em consideração:

- a idade e a série ou nível de escolaridade dos estudantes;
- as regras e a disciplina dos projetos pedagógicos das escolas, assim como o impacto do sistema de punições;
- o comportamento dos professores em relação aos alunos e à prática educacional em geral. (ABRAMOVAY; RUA, 2003, p. 24)

As dificuldades que escolas enfrentam na superação das violências expõe, segundo Abramovay e Rua (2003), fragilidades que acabam muitas vezes deslegitimando-a como espaço de transmissão de saberes, produção de conhecimento e emancipação humana. A escola, a partir de sua autonomia, deve utilizar-se de estratégias pedagógicas que possam promover a desconstrução destas práticas violentas.

### 3.3 MICHEL FOUCAULT E A VIOLÊNCIA DISCIPLINAR NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

A violência no seu sentido plural se faz presente em todas as instituições sociais, e na escola não poderia ser diferente. Os sujeitos presentes dentro da sua dinâmica, a partir de suas percepções de mundo, acabam por reproduzir diversas ações de violência dentro do espaço escolar.

A instituição escolar, construída historicamente no contexto da Modernidade, aparece como uma mediadora da função social fundamental: transmitir cultura, ou seja, oferecer às novas gerações o que de mais significativo, a humanidade produziu culturalmente, promovendo nos estudantes a apropriação de saberes fundamentais ao conhecimento humano, bem como o estímulo a emancipação dos mesmos.

Faz-se necessário um recorte acerca de alguns estudos de Michel Foucault, que, ao longo de seus escritos, acabou por desenvolver uma importante contribuição no campo da educação, com uma grande ênfase sobre a instituição escolar moderna e os sistemas de pensamento criados por ela, desenvolve uma teoria a respeito de um modelo de sociedade com um método de controle disciplinar dos sujeitos. A escola entra nesse contexto como uma instituição de disciplinamento e 'adestramento' dos corpos, segundo Neto (2011), à medida que estes corpos passam a maior parte de seu tempo dentro daquele espaço, submetidos a um mecanismo de ensino e controle específico, mais fácil tendem a se tornar 'dóceis' e obedientes, com esse resultado o processo disciplinar se torna efetivo.

Essa disciplina, que, segundo Foucault é responsável por distribuir os indivíduos em um determinado espaço passível a restrições, torna-os produtivos e úteis a partir de uma técnica, controla seu tempo/espaço, reprimindo qualquer desordem pelo modo da vigilância constante sobre estes corpos, ou seja, da mesma maneira que a disciplina se torna uma ferramenta de controle nas esferas da vida humana, ela também produz indivíduos que serão instrumentos da aplicação de suas técnicas na sociedade, a escola, e todas as outras instituições de ensino, sejam elas técnicas e/ou superiores, são também um exemplo nítido desse processo.

Foucault segundo Neto (2011), busca estudar como o poder se manifesta nas instituições de ensino e a sua correlação com o saber, o exercício do poder como um método de fiscalização e controle nas escolas, seja através de uma pedagogia em

sala de aula aplicada pelo professor, seja através do discurso do diretor enfatizando as normas para que haja ordem no espaço escolar, seja através da vigilância nos pátios, durante os intervalos, vigiando o comportamento dos estudantes, são todos métodos de controle apontados por Foucault que segundo Neto (2011), geram um disciplinamento ao mesmo tempo rígido mas efetivo, onde o exercício e a busca pelo saber entra como o processo único e primordial na escola, restringindo toda e qualquer outra forma de expressão ou discurso que não venha a condizer com as relações estabelecidas naquele espaço.

Além desta manifestação da violência no seu aspecto institucional, como Foucault já destacou, também podemos encontrar na escola a expressão da violência no seu aspecto físico, moral, psicológico dentre outras categorias já mencionadas no decorrer deste capítulo.

### 3.4 ÉMILE DURKHEIM E MAX WEBER: CONTRIBUIÇÕES SOCIOLOGICAS PARA PENSAR EDUCAÇÃO E VIOLÊNCIA

A discussão deste item se destina a refletir e problematizar algumas das contribuições dos escritos das obras de Durkheim e Weber que possibilitem relacioná-los com o campo da educação e das violências. É fato que a obra de cada um destes pensadores é enorme e não há como contemplar todos os aspectos e reflexões que elas possibilitam. E nesta preocupação é que o texto sobre cada um dos pensadores se debruçara sobre conceitos específicos relacionáveis com a temática deste TCC, evitando assim que as reflexões se tornem genéricas.

#### 3.4.1 ÉMILE DURKHEIM E A EDUCAÇÃO MORAL

Durkheim (1858-1917) é um dos mais importantes pensadores no campo da sociologia e da política, suas obras forneceram uma notável contribuição para estudos nestas áreas. No que tange à questão da educação, o pensamento de Durkheim se debruçou a compreendê-la, segundo Lucena (2010), como uma poderosa ferramenta para a construção gradativa de uma moral coletiva. É importante também destacar que o contexto sobre o qual Durkheim desenvolveu seus escritos era a Europa do final do século XIX e início do século XX, marcada por profundas crises econômicas, fator

que segundo Lucena (2010), agravavam a miséria e a violência nas grandes cidades, e onde se construía o cenário da primeira guerra mundial, mas, essa literatura ainda se mantém atual para pensar sobre questões da realidade atual.

Para entendermos alguns estudos de Durkheim no campo da violência como o crime se faz necessário compreender a base que os constituem. Segundo Lucena (2010), Durkheim buscou investigar como os indivíduos se organizam em sociedade, nesse sentido ele fundamentou a teoria da solidariedade, pilar central de seu pensamento. Esta por sua vez, se dividia em dois tipos fundamentais: a solidariedade mecânica, em que para Durkheim os homens seriam unidos a partir de valores comuns (tradições, religião), sem diferenciação, e a solidariedade orgânica, onde nesse contexto a harmonia surge a partir das diferenças entre os sujeitos, a união só é possível através da dependência entre os mesmos para realizar ações sociais.

Neste sentido é que Lucena (2010) se apoia no pensamento de Raymond Aron para caracterizar o crime descrito por Durkheim a partir da diferenciação entre o direito repressivo e o direito cooperativo:

“Durkheim caracteriza como tipos de solidariedade: o **direito repressivo**, que pune as faltas ou crimes e o **direito cooperativo**, cuja essência não é a punição das violações das regras sociais, mas organizar a cooperação entre os indivíduos. O direito repressivo revela a consciência coletiva nas sociedades de solidariedade mecânica. Quanto maior é a consciência coletiva, mais forte e particularizada, maior será o número de atos considerados como crimes. Atos que violam um imperativo que ferem diretamente a consciência da coletividade. O crime é um ato proibido pela consciência coletiva e só pode ser definido do exterior tomando como referência o estado de consciência coletiva da sociedade considerada. O criminoso não é aquele que consideramos culpado com relação a Deus, e nem através dos nossos valores. Criminoso é aquele que, numa sociedade determinada, deixou de obedecer às leis do Estado. (Aron, 2002 apud LUCENA, 2010, p. 297-298)

O crime, neste sentido, se apresenta como uma violação das normas estabelecidas pelos sujeitos em sociedade através da consciência coletiva, ação esta que, tanto na política do direito repressivo quanto no cooperativo deve ser reparada.

Para além do campo da violência, as contribuições significativas do pensamento de Durkheim sobre a educação implicam uma série de reflexões, sobretudo no que diz respeito a educação moral, como já havia sido mencionado no início deste texto. Lucena (2010), aponta que Durkheim descreve a educação como a ação dos membros de uma geração sobre outros em processo de formação para exercerem a vida social, sempre pensando a projeção dos sujeitos para o futuro:

Os homens não podem dedicar, todos, ao mesmo gênero da vida; existem diferentes funções a preencher. É preciso construir uma harmonia para o trabalho. A educação é em essência, um fenômeno social que consiste em socializar os indivíduos. Educar uma criança é prepará-la (ou forçá-la) a participar de uma ou de várias comunidades. A educação é um processo social, e cada sociedade tem as instituições pedagógicas que lhe convém. Todo o passado da humanidade contribui para estabelecer o conjunto de princípios que dirigem a educação do presente. (LUCENA, 2010, p. 301-302)

Neste sentido a educação se torna um processo de socialização fundamental, tendo o papel de criar, aprimorar e potencializar as habilidades intelectuais, culturais e sociais das crianças, proporcionando segundo Lucena (2010) que elas possam dominar suas paixões (instintos)<sup>20</sup> através da disciplina e da moralidade:

A educação consiste em habituar os indivíduos a uma disciplina, a qual deve ter, e não pode deixar de ter, um caráter autoritário. Formar os indivíduos, tendo em vista a integração na sociedade, é torná-los conscientes das normas que devem orientar a conduta de cada um e do valor imanente e transcendente das coletividades que cada homem pertence ou deverá pertencer. A educação visa criar no homem um ser novo. (LUCENA, 2010, p. 303)

É importante destacar o papel que o Estado tem nesse processo, pois ele deve fornecer a estrutura necessária para que os sujeitos possam desenvolver as práticas pedagógicas, tanto no contexto público quanto privado, e deve juntamente com os demais segmentos da sociedade fiscalizar o andamento e evolução desse trabalho.

### 3.4.2 MAX WEBER E O MONOPÓLIO LEGÍTIMO DA FORÇA

Max Weber (1864-1920), desenvolveu importantes estudos para a área da sociologia e da economia. Suas reflexões contribuíram muito para auxiliar na ruptura de teorias como o positivismo e o funcionalismo, elaborando uma nova maneira de abordar e compreender através da sociologia compreensiva as ações dos sujeitos (individuais e coletivas) que constituem a realidade social.

Para compreender como o Estado proposto por Weber exerce o monopólio legítimo da força sobre os indivíduos, se faz necessário entender qual é a concepção weberiana que caracteriza esse Estado. Segundo Silva (2008), é um Estado pautado

---

20 É importante salientar que Durkheim desenvolve sua reflexão teórica a partir da perspectiva positivista, de uma ciência que se dedica a observação empírica de fenômenos concretos. Teoria que mais tarde seria contestada por outros pensadores, sendo alguns do campo da educação.

fundamentalmente sob a racionalidade e a burocratização, esta última tendo uma forte característica de representação do Estado moderno:

O conceito de Estado, para a sociologia weberiana, se refere ao desenvolvimento da ação humana em uma determinada forma, ou melhor, da ação social. Como diz Weber (2004, p. 09), “o Estado se refere meramente a determinado curso da ação social de indivíduos, efetivo ou construído como possível”. Ele se apresenta como órgão centralizador, organizador e gestor de quase todos os tipos de relações sociais existentes no seio da sociedade, uma vez que se baseia em uma ordem estatutária legal. (SILVA, 2008, p. 11)

Em virtude desse perfil organizacional e burocratizado, o Estado de Weber em um perfil de gestão é dotado de complexidade, mas sua espinha dorsal está alicerçada sobre um elemento fundamental, e é exemplificado por Silva (2008, p. 11): “[...] o modelo weberiano de Estado reclama para si um elemento fundamental para sua conservação: o monopólio legítimo do uso da coerção física, da violência em prol da manutenção da ordem”. Ou seja, o Estado cria e mantém instituições que possam assegurar sua legitimidade e autoridade dentro da sociedade civil, legalizando o uso da força (violência) como instrumento de controle das ações dos indivíduos, uma destas instituições é a polícia.

E esse monopólio da violência gerido pelo Estado se torna ainda mais grave quando, segundo Silva (2008), esse controle até então pertencente ao órgão público se torna privado, aumentando ainda mais a intensidade das ações de violência, e que causam transformações radicais dentro das instituições de socialização:

A (des) concentração do monopólio da violência pelo Estado faz surgir crises nas instituições socializadoras como a família, a religião, o sistema criminal (a polícia, judiciários, prisões). Afeta todas as esferas sociais, remodelando comportamentos e rompendo laços sociais, outrora inquebrantáveis. (SILVA, 2008, p. 13)

É necessário que o Estado repense as suas políticas e ações para a manutenção da ordem na sociedade e no enfrentamento as violências, buscando minimizar os danos físicos, psicológicos, culturais e sociais oriundos muitas vezes de práticas repressivas e autoritárias praticadas por instituições como a polícia e o aparato judiciário contra os indivíduos. Afinal, muitos estudos sobre esta problemática já apontaram e ainda apontam, a violência só produz e reproduz ainda mais violência.

Após a discussão teórica, já se constituiu a base para o próximo capítulo, que tratará sobre o desenvolvimento da pesquisa, bem como das análises que serão realizadas a partir do levantamento dos dados coletados e demais reflexões.

#### 4 DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DA PESQUISA

O presente capítulo discutirá os aspectos práticos da pesquisa de campo para a coleta de dados quali-quantitativos realizada no período entre Setembro, Outubro e Novembro de 2015 na Delegacia de Polícia da Criança Adolescente Mulher e Idoso (DPCAMI) e no Conselho Tutelar Sul, acerca dos registros e atendimentos a ocorrências de situações de violências envolvendo crianças e adolescentes no município de Chapecó-SC.

Os dados obtidos compreendem a um período de cerca de dois anos (2014-2015), fornecem parâmetros para uma análise mais geral e completa no sentido de identificar as práticas de violências. Entretanto, eles não fornecem especificamente informações pontuais no que tange a questão das violências no espaço escolar. A partir das rodas de conversa destacadas nas descrições das atividades de campo é possível obter informações qualitativas tanto dos agentes policiais quanto das conselheiras tutelares que complementam essa questão e também servem como material de análise e reflexão.

Ao final do capítulo, e com o suporte do capítulo teórico, será realizada uma reflexão acerca das problemáticas encontradas durante o processo de pesquisa, tanto das comparações com os dados obtidos na DPCAMI quanto do conselho tutelar Sul objetivando identificar e compreender onde as instituições pesquisadas se aproximam e se distanciam nos seus discursos, nas suas práticas de trabalho, bem como nas suas relações e nos trabalhos que elas mantêm com as escolas: se desenvolvem uma postura de trabalho integrada e ao mesmo tempo integradora e quais novas possibilidades de estudo essas dados podem nos fornecer.

A seguir, detalham-se as descrições das atividades de campo com a pesquisa sobre os registros de ocorrências envolvendo crianças e adolescentes no município de Chapecó nas delegacias e no conselho tutelar, a apresentação dos quadros e tabelas com os índices das violências, fechando com as reflexões sobre os dados coletados. Neste capítulo como já foi destacado anteriormente, também serão realizados recortes teóricos, que discutem quais as legislações vigentes em relação à prática de algumas violências, quais órgãos públicos são responsáveis por trabalhar com casos de violências e estratégias de encaminhamentos possíveis frente a esta problemática.

#### 4.1 RELATOS E ANÁLISES DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (DELEGACIAS DE POLÍCIA).

Data: 02/09/15.

Período: Vespertino.

Local: 2º Delegacia de Polícia; Delegacia de Polícia da Criança Adolescente Mulher e Idoso (DPCAMI).

A saída a campo deste dia tinha como objetivo geral visitar as delegacias de polícia de Chapecó, com o intuito de pesquisar dados em registros de ocorrências envolvendo crianças e adolescentes, sobretudo estudantes, bem como de outras informações pertinentes que pudessem contribuir com a pesquisa do trabalho de conclusão de curso. Neste dia a professora Maria Alice me acompanhou, com o objetivo de me orientar nesse processo de investigação e também realizar o contato inicial com os agentes policiais, nos apresentando enquanto pesquisadores e destacando as motivações, intenções e objetivos dessa pesquisa.

A primeira delegacia de polícia que visitamos como ponto de partida foi a 2ª DP, localizada no bairro Passo dos Fortes. Nesta DP fomos recebidos por uma agente policial que ao saber sobre os objetivos de nossa pesquisa nos encaminhou até a Delegacia de Polícia da Criança Adolescente Mulher e Idoso (DPCAMI), localizada no bairro Presidente Médici, em uma região mais central da cidade, pois segundo ela, a instituição indicada possuía os registros mais voltados à ocorrências envolvendo crianças e adolescentes, e a 2ª DP na fala da agente só trabalha com registros de ocorrências no qual se realiza o flagrante do delito. Neste mesmo diálogo, a agente destacou que as Delegacias do município possuem diferentes sistemas de organização, bem como atribuições diferentes nos seus processos de trabalho, registro e atendimento de ocorrências.

Ao chegarmos na DPCAMI, fomos prontamente recebidos pelos agentes presentes, três ao todo, relativamente jovens, e que ao saberem da nossa proposta de pesquisa solicitaram para que pudéssemos elaborar uma carta de apresentação, bem como uma tabela dos dados que queríamos que fossem sistematizados. A carta de apresentação e a tabela deveriam ser assinadas e enviadas por e-mail e/ou serem

entregues pessoalmente na DPCAMI para a delegada responsável, e após a autorização dela poderíamos ter acesso a parte dos registros de ocorrências, sob supervisão dos agentes policiais<sup>21</sup>. Os agentes enfatizaram também sobre a possibilidade do manuseio de dados dos registros de ocorrência, sendo que os mesmos só podem ser realizados com autorização judicial, ou com o aval da delegada de polícia responsável pela delegacia. Percebe-se que neste sentido eles possuem uma ética e também uma responsabilidade no âmbito da legislação no que diz respeito a preservar os direitos e a integridade moral das pessoas envolvidas nos registros de ocorrências, restringindo o acesso dessas informações ao público.

Em termos estruturais pode-se realizar um comparativo entre as duas delegacias visitadas. Enquanto a 2ª DP aparenta ter uma estrutura física um pouco mais desgastada (vidros quebrados, mato ao redor da construção, pintura desbotada), a DPCAMI já apresenta uma estrutura física um pouco melhor, ela funciona em uma casa e não em um prédio como a 2ª DP, possui a grama do pátio aparada, rampa para cadeirante, salas com ar condicionado.

Em uma primeira impressão de pesquisa de campo pode-se constatar que os agentes policiais foram bem receptivos, tanto para nos atenderem quanto para sanarem nossas dúvidas em relação a metodologia de trabalho das delegacias. Percebeu-se que as delegacias mesmo com um sistema integrado de trabalho possuem áreas específicas de trabalho e abrangência<sup>22</sup>.

Nos demais dias que antecederam a visita a DPCAMI os contatos foram realizados por telefone e e-mail, o que possibilitou agendamentos prévios para que

---

21 Cabe destacar que neste e nos outros dias que sucederam as visitas a DPCAMI a delegada não se encontrava presente.

22 É fato que estas impressões constituem apenas uma pequena parcela de todas as delegacias presentes no município de Chapecó, por isso as observações são pontuais e não gerais.

tanto o pesquisador como os agentes policiais pudessem se programar e se organizar, facilitando e agilizando o repasse de documentos e informações.

Data: 21/09/15.

Período: Vespertino.

Local: Delegacia de Polícia Criança Adolescente Mulher e Idoso (DPCAMI).

Na ida até a DPCAMI (Delegacia de Polícia Criança Adolescente Mulher e Idoso) deste dia, o objetivo principal era obter os dados gerais dos índices de violências cometidas e/ou sofridas por crianças e sobretudo adolescentes no município de Chapecó. O contato prévio já havia sido realizado, o que favoreceu o diálogo com os agentes policiais presentes<sup>23</sup>.

O agente policial que me atendeu prontamente buscou me mostrar às principais características de busca presentes no sistema da Delegacia de Polícia Civil. As informações presentes neste banco de dados compõe todo um sistema de catalogação de dados, oriundos dos boletins de ocorrência de todas as Delegacias de Polícia Regionais (DPR) e demais órgãos ligados à mesma, presentes no estado de Santa Catarina. Este mesmo sistema também fornece informações ao banco de dados do Brasil, sobre o qual institutos de pesquisa governamentais como IBGE se utilizam para catalogar e problematizar dados estatísticos, com o intuito de que o governo possa pensar políticas públicas voltadas para problemáticas como a da violência, em questão.

Segundo o agente, os boletins de ocorrência correspondentes a qualquer tipo de delito e/ou ato infracional no município de Chapecó só podem ser realizados na 1<sup>o</sup>, 2<sup>o</sup> e 3<sup>o</sup> Delegacias de Polícia (DP), Central Plantão de Polícia (CPP) e Delegacia de Polícia, Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI), ambos correspondentes a 12<sup>o</sup> Delegacia Regional de Polícia (DRP) do estado de Santa Catarina.

Em uma curta observação do sistema percebi que ele é bem amplo, e apesar

---

23 É importante destacar que nesta visita já se tinha o aval da delegada responsável pela DPCAMI, da qual autorizou o agente que me atendeu a fornecer os dados para a pesquisa, bem como outras informações pertinentes.

do enorme fluxo de informação que está contido no seu banco de dados a sistematização ainda consegue ser pontual sobre algumas informações, onde há a possibilidade dos dados serem acessados por tipificação<sup>24</sup>. Os relatórios na sua maioria contêm sobretudo o período em que os boletins foram registrados, a unidade de polícia que realizou os registros, a tipificação (ex: ameaça, agressão, bullying dentre outros), o ano e os dias em que foram realizados os registros. Segundo o agente, as informações mais detalhadas sobre cada caso em específico estão contidas nos inquéritos, entretanto eles não podem ser manuseados por qualquer outra pessoa senão os agentes policiais sem ordem da delegada, pois envolvem informações particulares como nome, sexo, idade e que devem ser mantidos sob sigilo.

Outro aspecto que chama a atenção é quantia de registros de ocorrências, o agente destacou como exemplo que a DPCAMI contém hoje cerca de 1500 registros, enquanto à CPP pelo fato de atuar 24 horas por dia possui em seus arquivos cerca de 10000 registros. Segundo o agente os registros envolvendo casos de agressão verbal dificilmente são arquivados, até porque são processos passíveis de resolução sem que a polícia seja acionada, os únicos processos do qual a delegacia se envolve neste sentido são em casos onde é registrado o boletim de ocorrência e a delegada solicita o acompanhamento do conselheiro tutelar para cuidar da situação em questão.

O sistema não possui um tópico específico que englobe os boletins de ocorrência envolvendo estudantes dentro do espaço escolar. Segundo o agente isso é uma falha, porque seria importante a inserção deste tópico no sistema geral, pois muitas informações podem ser misturadas em uma mesma tipificação. Outro aspecto que o agente destacou se refere à falta de efetivo na polícia civil, o que facilitaria para uma melhor catalogação dos dados.

O agente relatou também que no aspecto da pesquisa, a maior procura nos últimos tempos tem sido por dados que revelem índices de violência doméstica, e que também seguem o mesmo nível de restrição de informações de outros tópicos de pesquisa presentes no sistema.

Segundo o agente já houve casos em que docentes de escolas da regional de Chapecó realizaram ora de maneira anônima, ora revelando sua identidade,

---

24 Ex: furto, violência contra a mulher, violência contra criança e adolescente, tentativa de homicídio, agressão, injúria, dentre outros.

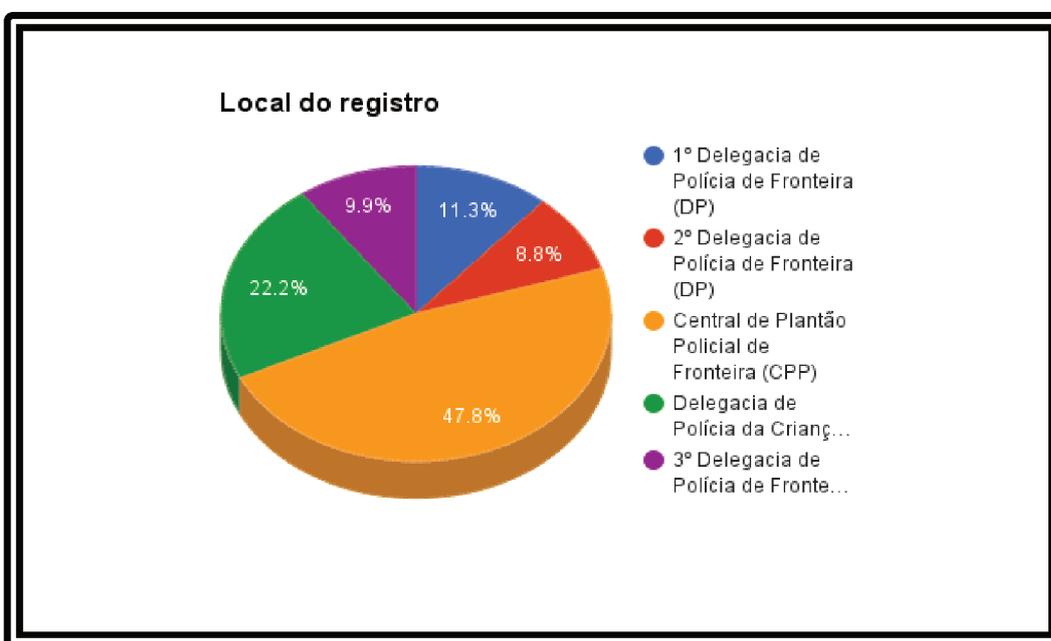
denúncias relatando sofrerem ameaças de estudantes. Entretanto, o agente destacou que quanto a estes casos não há como realizar um procedimento de registro de ocorrência, a menos que este docente sofra uma lesão corporal do estudante, o que já caracteriza atentado contra a segurança e a vida do próximo, e que é considerado como um delito.

Ao final da conversa, o agente destacou como forma de sugestão a importância da pesquisa sobre violências no âmbito do espaço escolar também ser realizada tendo como base as informações do conselho tutelar do município, pois como este órgão lida diretamente com os casos de violência nos seus mais diversos gêneros nos forneceria informações mais precisas acerca destas práticas nas escolas que estamos buscando investigar, mesmo ainda que de modo exploratório.

#### 4.1.1 REGISTROS DE OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ. 12º DELEGACIA DE POLÍCIA REGIONAL. (2014-2015)

Ao todo foram tabulados 516 registros, ocorridos entre o período de 01/01/2014 a 30/06/2015, que correspondem um ano e meio de trabalho das cinco delegacias de polícia do município de Chapecó que são responsáveis pelo recebimento e registro destas ocorrências.

#### Quadro 1: Local do registro



#### NÚMERO DE REGISTROS:

1ª Delegacia de Polícia de Fronteira (DP): **58 (11,3%)**

2ª Delegacia de Polícia de Fronteira (DP): **45 (8,8%)**

3ª Delegacia de Polícia de Fronteira (DP): **51 (9,9%)**

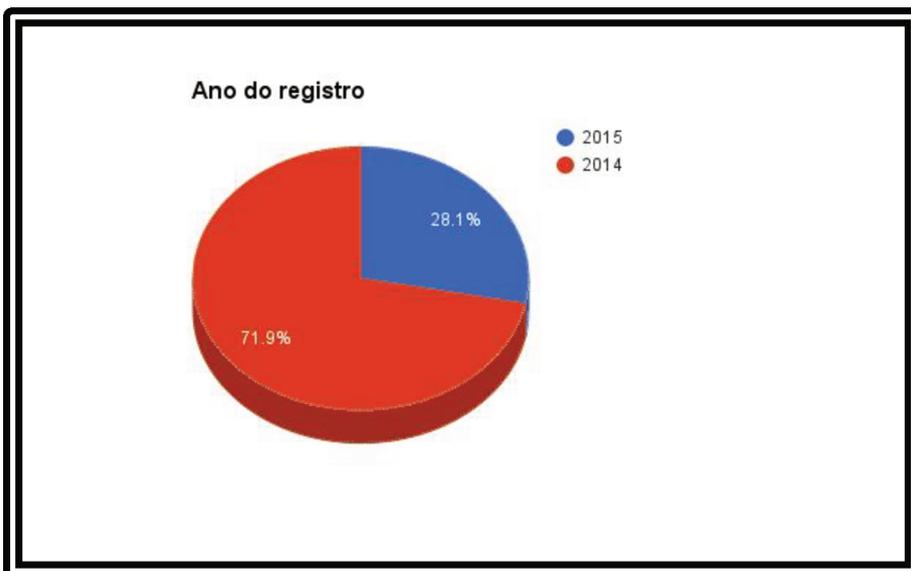
Central de Plantão Policial de Fronteira (CPP): **245 (47,8%)**

Delegacia de Polícia da Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI): **114 (22,2%)**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

A Central de Plantão Policial de Fronteira (CPP) é dentre todas as delegacias a que nesse contexto de registro de ocorrências mais possui dados, pois é a única que possui plantão, ou seja, funciona 24 horas por dia. Esse dado fundamenta a fala do agente policial, que destacou a enorme quantidade de registros que a CPP recebe, tendo gerado ao todo um banco de dados com 10000 registros nos últimos anos.

## Quadro 2: Ano do registro



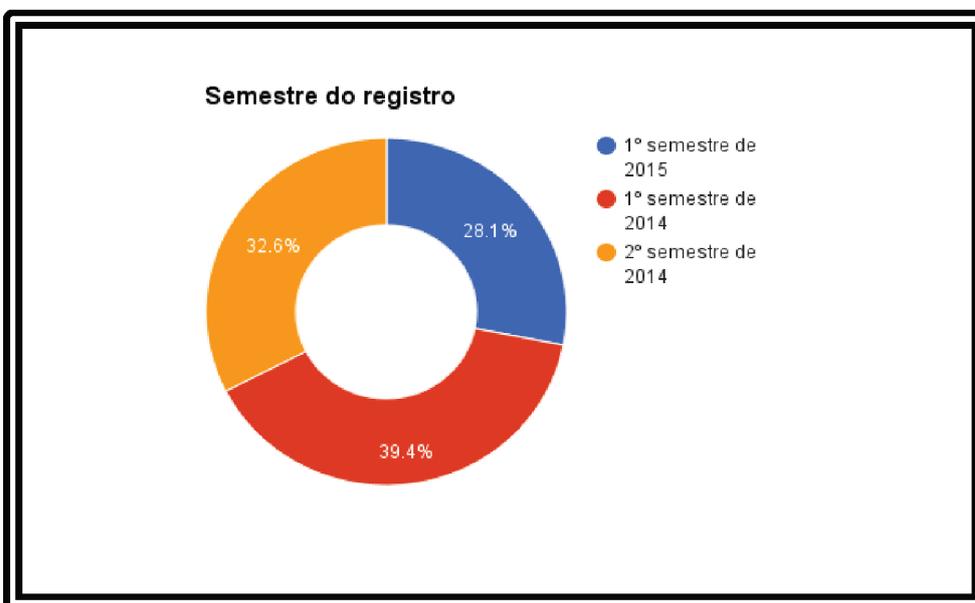
NÚMERO DE REGISTROS:

2014: **369 (71,9%)**

2015: **144 (28,1%)**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

## Quadro 3: Semestre do registro



NÚMERO DE REGISTROS:

1º semestre de 2014: **202 (39,4%)**

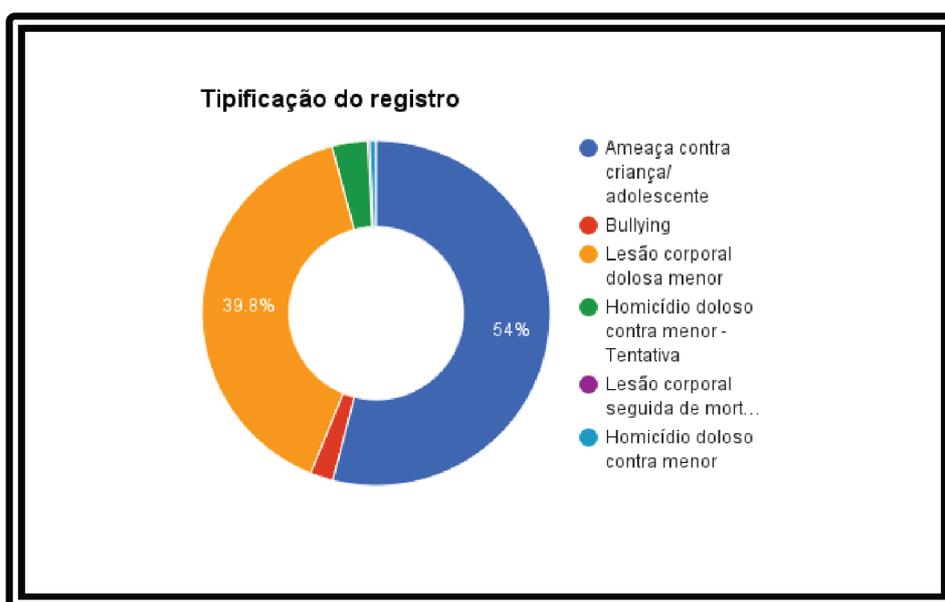
2º semestre de 2014: **167 (32,6%)**

1º semestre de 2015: **144 (28,1%)**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Se comparados os registros de ocorrências de violências envolvendo menores no município do 1º semestre de 2014 com o 1º semestre de 2015 podemos perceber que em um período de um ano houve uma redução de quase 25% na frequência dos índices de ocorrências, o que é um aspecto positivo, mas ao mesmo tempo implica pensar se as intensidades dos atos de violência também tiveram redução nesse mesmo período.

#### Quadro 4: Tipificação do registro



NÚMERO DE REGISTROS:

Ameaça contra criança/adolescente: **277 (54 %)**

Bullying: **11 (2,1%)**

Homicídio doloso contra menor: **3 (0,6%)**

Homicídio doloso contra menor – Tentativa: **17 (3,3%)**

Lesão corporal dolosa menor: **204 (39,8%)**

Lesão corporal seguida de morte menor: **1 (0,2%)**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Analisando os dados deste período de registros de ocorrências, percebe-se com 277 casos que o índice de ameaças contra crianças e adolescentes é o maior dentre todos os outros, correspondendo a 54% do gráfico, seguido das ocorrências de lesão corporal dolosa contra menor (39,8). Com 11 registros o bullying representa cerca de 2,1% das ocorrências, segundo o agente policial que forneceu os dados o bullying (em caráter de suposição) seria o tipo de ocorrência envolvendo menores com

maior característica de perfil estudantil.

Com estes dados exploratórios já se torna possível traçar um perfil sobretudo quantitativo dos índices de violências com maiores incidências nos registros de ocorrências das delegacias do município de Chapecó.

#### 4.2 CARACTERIZANDO OS TIPOS DE VIOLÊNCIAS A PARTIR DA PERSPECTIVA JURÍDICA

Na área jurídica do direito podemos encontrar artigos com definições e caracterizações (pontuais e também mais completos) de algumas práticas de violências presentes em nossa sociedade.

Segundo a perspectiva do direito, o ato de agressão contra o patrimônio configura toda e/ou qualquer ação que venha colocar em risco a estrutura física e natural de um ambiente público e/ou privado.

Segundo Brum (2013), a conduta típica do roubo é subtrair coisa alheia móvel, mediante violência, grave ameaça ou qualquer outro meio que possa impedir a resistência da vítima.

Nas palavras de Brum (2013), furto é a ação em que o indivíduo toma algo que pertence a outra pessoa sem estabelecer contato com ela. Nesta mesma reflexão o autor descreve também sobre a prática da ameaça: “[...] é a promessa da prática de um mal a outrem, dependente da vontade de alguém, perturbando lhe a liberdade psíquica. Ela se traduz por palavras, escritos, gestos, posturas ou outros meios capazes de incutir sério temor ao ofendido”. (BRUM, 2013, p. 1).

Pelo direito penal, a Lesão corporal é definida pelo *Artigo 129*, e é caracterizada pela ação de ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem. E ela pode ser subdivida em lesão corporal de natureza grave, lesão corporal seguida de morte e lesão corporal culposa, cada qual possuindo avaliações e punições específicas.<sup>25</sup>

No que tange à questão dos homicídios, podemos caracterizá-los sob dois tipos: O homicídio doloso, que é cometido por negligência, imprudência ou imperícia. Aquele em que o agente não quis nem assumiu o risco de produzir a morte da vítima.

---

25 Conteúdo disponível em: <http://www.soleis.com.br/ebooks/criminal1-23.htm>. Acesso em 05/06/2016.

E em oposição a este tipo de homicídio encontra-se a prática do homicídio culposo, no qual o agente quis ou assumiu o risco de matar alguém<sup>26</sup>.

As definições jurídicas de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, podem também ser definidas pela Lei 11340/06 | Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, pertencente à Lei Maria da Penha:

**Art. 7º** São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

**I** - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

**II** - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

**III** - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

**IV** - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

**V** - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006, p.1-2)<sup>27</sup>

É importante destacar também que dentro da concepção jurídica um mesmo tipo de violência pode assumir vários sentidos, dependendo do contexto, da gravidade do ato e dos sujeitos envolvidos. O que buscou-se destacar aqui foram

---

26 Dados:

Jusbrasil. **Homicídio culposo**; definição. Disponível em:

<http://jb.jusbrasil.com.br/definicoes/100008470/homicidio-culposo>. Acesso em 23/05/2016.

Jusbrasil. **Homicídio doloso**; definição. Disponível em:

<http://jb.jusbrasil.com.br/definicoes/100003065/homicidio-doloso>. Acesso em 23/05/2016.

27 **Jusbrasil**. Presidência da República. Lei Maria da Penha - Lei 11340/06 | Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. 2006. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06#art-7>. Acesso em 24/05/2016.

compreensões mais gerais sobre os tipos de violências citadas. Destacamos a seguir outras especificações como o bullying e o ato infracional.

#### 4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O BULLYING

O bullying entre as práticas de violência, sobretudo escolares, talvez seja uma das que mais vem chamando a atenção de pesquisadores e estudiosos. Sua definição segundo Calderaro (2016) vem ao encontro a uma prática de intimidação:

A palavra vem do inglês, “*bully*” que quer dizer “valentão”, ao levarmos para a expressão *bullying* podemos entender como sendo uma espécie de intimidação em face de outrem. Abrangendo atitudes de violência e agressividades sejam de ordem física ou moral, mas que resultem numa depreciação de outro indivíduo, constrangendo-o. (CALDERARO, 2016, p.1)

Realizando uma breve reflexão sobre a problemática do bullying dentro do espaço em que ele ocorre com mais incidência, que é a escola, segundo Calderaro (2016), se levamos em conta o gênero percebe-se uma maior incidência da prática dessa violência por parte dos meninos, que, ao contrário das meninas, realizam-na de forma mais direta e menos discreta.

Segundo Calderaro (2016) as práticas do bullying se desenvolvem com mais força em determinado período etário, que varia entre nove a quinze anos de idade, e com o passar do tempo em que os adolescentes vão adquirindo maturidade os mesmos passam a reprovar estas práticas e comportamentos, entendendo-os como uma conduta prejudicial aos colegas que são afetados por ela.

#### 4.4 RELATOS E ANÁLISES DOS REGISTROS E ENCAMINHAMENTOS DE OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (CONSELHO TUTELAR).

Data: 24/09/15.

Período: Vespertino.

Local: Conselho Tutelar Sul

Seguindo os encaminhamentos dos agentes policiais da Delegacia de Polícia Criança Adolescente Mulher e Idoso (DPCAMI), que nos sugeriram visitar o conselho tutelar para complementar as informações acerca desta pesquisa sobre violências escolares, neste dia, eu juntamente com a professora Maria Alice nos deslocamos até o conselho tutelar da região Sul de Chapecó<sup>28</sup>, afim de realizar uma roda de conversa<sup>29</sup> com as conselheiras responsáveis sobre os processos de suporte e atendimento aos casos de violências escolares que o conselho tutelar fornece nesta região do município<sup>30</sup>.

Ao chegarmos no conselho tutelar fomos prontamente recebidos por uma das conselheiras na recepção, que logo comunicou nossa chegada as demais conselheiras presentes. Na nossa roda de conversa sentamos juntamente com três das cinco conselheiras responsáveis pelos atendimentos e encaminhamentos de ocorrências da região Sul, explicamos as motivações para nossa pesquisa e como estava procedendo nosso processo de investigação. Ao falarmos que nosso enfoque na pesquisa é sobre o aspecto das violências, sobretudo no espaço escolar, uma das conselheiras nos indagou: “- *Mas vocês estão falando da violência de modo geral ou sobre os tipos de violência? Penso eu que tratar a violência como um tema só é bem amplo, afinal ela possui diversos tipos*”. Essa questão suscitou um debate importante, no qual destacamos que a pesquisa nesse contexto possui apenas um caráter exploratório, com intuito de diagnosticar as violências de modo geral para posteriormente elencar categorias da mesma que possam ser objetos de investigação futuros.

O conselho tutelar do qual visitamos como mencionado anteriormente corresponde à região Sul<sup>31</sup>, e se localiza em uma casa de esquina no bairro Presidente

---

28 Optamos pelo conselho tutelar da região Sul da cidade pelo fato dele abarcar no seu campo de abrangência os bairros das escolas das quais motivaram a pesquisa deste trabalho.

29 Para a realização desta roda de conversa foi elaborado um roteiro prévio de questões norteadoras que tinham como objetivo orientar o debate, estas informações foram repassadas as conselheiras antes do início da conversa, afim de deixá-las cientes dos procedimentos metodológicos, organizacionais e éticos do trabalho.

30 Cabe destacar que um contato prévio já havia sido realizado, tendo eu contatado por telefone o conselho para falar sobre os objetivos da pesquisa e da possibilidade da realização desta roda de diálogo, bem como a professora Maria Alice, que pessoalmente agendou a visita e entregou o documento destacando os objetivos da pesquisa.

31 Os respectivos bairros que correspondem à região de abrangência deste conselho são: Presidente Médici, Maria Goretti, São Pedro, Boa Vista, Santa Maria, Paraíso, Santo Antônio, Universitário, Quedas do Palmital, Seminário, Água Amarela, Bom Retiro, Bormann, Sede Trentin, Esplanada, Jardim Itália, Linha Henrique, Gramadinho, Lageado Veríssimo, Linha das Palmeiras, Linha Pequena, São Rafael, Monte Alegre, Praia Bonita, São Vedelino, Rodeio Chato e Pinheirinho.

Médici, demonstrando em uma primeira impressão fornecer uma estrutura física razoável de trabalho aos seus funcionários. O conselho tutelar da região Norte<sup>32</sup> se localiza no bairro São Cristóvão e segundo as conselheiras foi criado acerca de três anos, pois como houve um elevado crescimento populacional no município, houve também um aumento nos encaminhamentos de ocorrências ao conselho tutelar, que antes era apenas uma única sede. Devido a isso a fragmentação se fez necessária para que se pudessem atender todas as demandas com qualidade.

Questionadas sobre o período de surgimento do conselho tutelar no município de Chapecó, bem como sobre a atribuição específica que ele possui, as conselheiras destacaram que o conselho existe há cerca de 24 anos. Foi fundado na década de 90 e segundo as conselheiras o mesmo não possui uma atribuição específica, pois o seu caráter essencial é a garantia dos direitos presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ou seja, o conselho tutelar é um órgão que trabalha na garantia da proteção dos direitos das crianças e adolescentes. As conselheiras frisaram de modo bem claro que o conselho tutelar não é um órgão de serviço, e sim de encaminhamento, que se dedica sobretudo a garantir o cumprimento do protocolo às crianças e adolescentes vítimas de violências. Este protocolo compõe uma série de ações que envolve o encaminhamento dos menores ao apoio médico e psicológico, contato com a família e/ou responsáveis dos menores, aplicação de coquetéis (remédios) dentre outras atividades importantes.

Na questão de como o conselho tutelar atua nos encaminhamentos das violências escolares as conselheiras destacaram que a principal problemática no contexto atual se revela na questão da evasão escolar, tanto em escolas da rede estadual como em escolas da rede municipal do município de Chapecó, e as informações, mesmo gerais, são bem alarmantes, pois segundo as conselheiras essa evasão cresce cerca de 50% por dia. Nesse ponto as conselheiras debruçaram suas análises sobre a figura das escolas e dos estudantes. Segundo elas, as escolas têm obrigatoriedade de informar o conselho tutelar de casos envolvendo falta, abusos e

---

32 Os respectivos bairros que correspondem à região de abrangência deste conselho são: grande Efapi, Parque das Palmeiras, Jardim América, Cristo Rei, Vila Rica, Trevo, Bela Vista, Alvorada, Engenho Brau, São Cristóvão, Belvedere, Eldorado, Passo dos Fortes, Líder, Vila Real e Santa Paulina, Distrito do alto da Serra, Boa Vista, Cabaceira da Divisa, Cabaceira da Barragem, Vitorio Rosa, Simoneto, Cascavel, Linha Tormen, Serapião, Colônia Cella, Colônia Bacia, Sede Figueira, Linha Batistelo, Faxinal dos Rosas, Água Santa, Caravágio e Rodeio Bonito.

maus tratos que ocorrem aos estudantes. Esses procedimentos são realizados pelo Programa de Combate à Evasão Escolar<sup>33</sup> (APOIA), do qual todas as escolas da rede municipal e estadual de educação possuem dentro do seu corpo pedagógico. Nesse processo o conselho tutelar, as escolas e o Ministério Público trabalham em conjunto afim de fortalecer a permanência escolar dos estudantes.

Entretanto, segundo as conselheiras, o grande impasse do Apoia nas escolas da rede é que muitas vezes há falta de efetivo para trabalhar nesse processo de acompanhamento aos estudantes, o que acaba de certo modo tornando o processo complicado, pois segundo as conselheiras, nesse contexto, as escolas muitas vezes enquadram todas as ações dos estudantes como violências, o que no caso seria um erro, e encaminham todas estas situações ao conselho tutelar, sendo que algumas delas poderiam mesmo ser resolvidas pela própria instituição, e acaba por sobrecarregar as atividades do conselho.

No aspecto dos estudantes, que são encaminhados ao Apoia as conselheiras muitas vezes destacam a dificuldade no processo de motivação dos mesmos, pois segundo elas, estes mesmos estudantes relatam que não vão à escola por conta da desmotivação que esse ambiente traz a elas. Percebe-se na fala das conselheiras que estes estudantes encaminhados pelas escolas ao Apoia são de certo modo estigmatizados e possuem dificuldades de aprendizagem, e este ambiente escolar desfavorável e de certo modo desestimulante contribui ainda mais para que os mesmos não se sintam acolhidos e acabem se afastando<sup>34</sup>.

Visto estas problemáticas entende-se que tanto o conselho tutelar como as escolas devem trabalhar de modo coletivo e coeso, visando potencializar e qualificar suas ações no enfrentamento dos problemas que envolvem as crianças e adolescentes que frequentam o espaço escolar, pois, segundo as conselheiras, o conselho às vezes é percebido pelas escolas como um inimigo, pois ao atender os encaminhamentos do Apoia é como se isso expusesse as fragilidades das mesmas, quando na verdade o conselho tutelar procura dar suporte às escolas para que situações como estas possam ser minimizadas e/ou evitadas. Pensando nessa

---

33 Mais informações detalhadas acerca do sistema Apoia podem ser encontradas em: <http://portal.mp.sc.gov.br/portal/servicos/programas.aspx>. Acesso em 25/09/15.

<http://www.mp.sc.gov.br/programas/apoia>. Acesso em 27/09/15.

34 Essas posturas e práticas antipedagógicas e de certo modo negligentes por parte da escola nos mostram um problema para ser observado.

problemática questionamos as conselheiras se o conselho tutelar realiza processos de formação nas escolas. Sobre isso, as mesmas destacaram que o conselho possui uma agenda para realizar formações nas escolas, tanto com docentes e gestores, quanto para os estudantes. Estas formações estão ligadas, sobretudo, a orientações sobre o Apoia, como se organiza e se aplica o Estatuto da Criança e do Adolescente dentre outras atividades.

A metodologia de organização do conselho tutelar, segundo as conselheiras, opera do seguinte modo: o conselho tutelar funciona em dois plantões, sendo um das 13:00 às 14:00, onde as conselheiras responsáveis pela região de abrangência do conselho se reúnem para discutir os fatos em colegiado, bem como a distribuição de atividades do dia de trabalho, e o outro das 14:00 às 19:00 para atendimentos, reuniões, visitas e acompanhamentos de ocorrências envolvendo violências contra crianças e adolescentes. Há plantões pela manhã, porém somente duas conselheiras permanecem neste turno, que segundo as mesmas é mais tranquilo, à tarde são três, porque a demanda de ocorrências é maior. O conselho tutelar também possui plantões noturnos, entretanto, segundo as conselheiras seus próprios contatos particulares estão 24 horas a disposição para solicitações de atendimentos a ocorrências, pois não há data lugar e hora para as mesmas acontecerem, e elas sempre devem estar à disposição<sup>35</sup>. Há também um veículo da prefeitura integralmente à disposição do conselho, bem como o apoio das polícias civil e militar, caso as conselheiras necessitem de proteção e suporte para o atendimento às ocorrências.

Questionadas sobre se há diferença entre os casos de violência nas escolas centrais e as de periferia da cidade de Chapecó as conselheiras foram enfáticas em destacar que as escolas centrais têm as violências difundidas em um grau tão maior e complexo quanto a das escolas situadas em regiões periféricas da cidade. E nesse mesmo debate elas revelam uma problemática importante, pois, segundo as mesmas, os encaminhamentos ao conselho tutelar de casos de violências envolvendo crianças e adolescentes estudantes de escolas particulares também estão começando a acontecer de modo mais frequente, ou seja, nessa informação podemos perceber que a dinâmica do espaço escolar tanto público quanto privado está ao mesmo tempo sendo ocupada pelas práticas de violências, desconstruindo a concepção tradicional

---

35 Neste caso são as conselheiras responsáveis pelo plantão do dia, pois elas possuem uma escala de trabalho no sentido de facilitar a organização do grupo.

de que a escola particular possui um ambiente mais “seguro” para os seus membros (estudantes, docentes, gestores, funcionários).

Foram cerca de 40 minutos de diálogo, visto que as conselheiras já estavam com diversas tarefas a serem realizadas decidimos encerrar por este dia nossa conversa, pois percebe-se que a rotina de trabalho delas é bem intensa. Mas cabe destacar alguns aspectos importantes, que surgiram nas falas: o fato de que não se pode pensar de maneira dissociada o processo de educar e ensinar, são caminhos que devem andar juntos tanto na família quanto na escola e ambos não podem se eximir destas responsabilidades. Outra constatação é em relação à rigorosidade e qualificação exigida para o cargo de conselheira tutelar no município, pois segundo elas os requisitos fundamentais são a formação em nível superior e pelo menos um ano de experiência na área pedagógica. As conselheiras nos sugeriram também que pudessemos realizar um processo de pesquisa na RAIA (Rede de Apoio a Infância e Adolescência). Esta rede também é subdividida em regiões no município de Chapecó, cada qual organiza e realiza reuniões mensais que envolvem diretores de escolas, conselheiros tutelares, assistentes sociais e lideranças comunitárias afim de avaliar e discutir questões que tratam da infância e adolescência nas especificidades dos seus contextos<sup>36</sup>.

Em relação ao fato da coleta de dados quantitativos que essa pesquisa também procura realizar, as conselheiras concordaram em nos fornecer os índices em relação ao número de violações praticadas contra crianças e adolescentes no conselho tutelar Sul presentes no SIPIA<sup>37</sup>, porém elas nos sugeriram que estes dados poderiam ser coletados em outra visita, possibilitando que elas pudessem ter tempo para acessar o sistema e buscar as informações para a pesquisa, sistema que possui um caráter restrito de acesso às conselheiras, e às informações fornecidas foram em caráter genérico, não expondo identidades e/ou dados mais específicos dos indivíduos envolvidos nas ocorrências, isso segundo as conselheiras só seria permitido sob autorização judicial.

---

36 Neste momento da pesquisa o trabalho na RAIA não se tornou possível.

37 O SIPIA é um sistema nacional de registro e tratamento de informações sobre a garantia e defesa dos direitos fundamentais preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. O SIPIA tem uma saída de dados agregados em nível municipal, estadual e nacional e se constitui em uma base única nacional para formulação de políticas públicas no setor. (Texto extraído da página do SIPIA. Disponível em: [http://www.sipia.gov.br/CT/?x=mY3pEVfXzF1DU\\*r99Rt\\*DA](http://www.sipia.gov.br/CT/?x=mY3pEVfXzF1DU*r99Rt*DA). Acesso em: 15/10/15.

Uma problemática importante destacada pelas conselheiras neste dia foi em relação a devolutiva do trabalho de pesquisa, pois elas ressaltaram que muitas vezes o conselho tutelar é acionado por instituições e pesquisadores para contribuir com informações e dados quali-quantitativos acerca de estudos sobre infância, adolescência, violências, dentre outros processos, mas que posteriormente não há um retorno dessas informações, que seriam importantes para as conselheiras poderem também observar e avaliar o contexto sob o qual elas estão atuando, suas práticas de trabalho e a possibilidade da criação de políticas públicas que contribuam no desenvolvimento do trabalho do conselho tutelar.

Data: 29/10/15.

Período: Vespertino.

Local: Conselho Tutelar Sul

A visita deste dia foi para receber os dados quantitativos em relação aos índices do número de violações praticadas contra crianças e adolescentes no conselho tutelar Sul, como de praxe já havia sido agendado o encontro por telefone afim de facilitar a organização das conselheiras.<sup>38</sup>

Neste dia havia apenas uma conselheira de plantão, a mesma não esteve presente na roda de conversa do encontro passado, e pode contribuir também com novas informações qualitativas para se compreender a dinâmica de trabalho do conselho.

Segundo a conselheira, o acompanhamento do CT para a garantia dos direitos da criança e adolescência não ocorre a partir do momento em que elas nascem e sim já no período da gestação, pois esta criança mesmo na barriga da mãe já é uma cidadã e goza de direitos. A conselheira reforçou que o SIPIA é um sistema restrito, de uso exclusivo para consultas, cada conselheira possui um cadastro no mesmo, e a partir do momento que seu período de trabalho no conselho se encerra

---

38 O tempo em relação a primeira visita no conselho tutelar Sul foi extenso, essa demora foi necessária pelo fato de que o conselho tutelar estava passando por um processo de eleição, que ocorreu no início do mês de Outubro e que promoveu um novo quadro de conselheiras (os) que assumirá a partir de Janeiro de 2016. Além de claro facilitar para as conselheiras terem o tempo hábil de encontrar os dados no SIPIA.

automaticamente o sistema as excluí afim de continuar garantindo a ética e a segurança na preservação das informações contidas no banco de dados.

Segundo a conselheira além do apoio policial à dinâmica de trabalho do conselho tutelar funciona também com o apoio dos CRAS<sup>39</sup> (Centros de Referência de Assistência Social) estabelecidos em regiões da cidade de Chapecó. A dinâmica opera de modo que após o atendimento e o suporte de encaminhamento que o conselho tutelar, tanto da região Norte quanto da região Sul realizam em ocorrências envolvendo crianças e adolescentes no município, fica a cargo dos CRAS de cada região responsável realizar o acompanhamento destas crianças e adolescentes e comunicar o conselho caso os procedimentos que zelem pela saúde e integridade física e moral destes menores não estejam sendo cumpridos na forma como a lei estabelece. Segundo a conselheira os laudos que os CRAS elaboram são de fundamental importância para o bom desenvolvimento do trabalho do conselho, bem como auxiliam estabelecimento de parâmetros de análise afim de identificar quais as violências que acometem estes menores, como, onde e com que intensidade elas acontecem.<sup>40</sup>

---

39 “O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é o sistema governamental responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social. Por meio do Cras, as famílias em situação de extrema pobreza passam a ter acesso a serviços como cadastramento e acompanhamento em programas de transferência de renda. O País conta, atualmente, 7.669 unidades distribuídas pelo território nacional”. Informação extraída do site: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2011/10/conheca-o-centro-de-referencia-de-assistencia-social/>. Acesso em 12/11/15.

40 Os CRAS de Chapecó são distribuídos em duas regiões, que juntas contemplam uma área de abrangência que cobre toda a cidade de Chapecó, cada CRAS é responsável pelo atendimento nos bairros, loteamentos e linhas correspondentes a sua área, destacando-se o CRAS do bairro Efapi que é o único dentre todos os outros que possui dois espaços no mesmo bairro devido à grande demanda da região:

**Abrangência CRESS I:**

- CRAS EFAPI: [crasefapi@chapeco.sc.gov.br](mailto:crasefapi@chapeco.sc.gov.br).
- CRAS EFAPI – PRAÇA CÉU: [crasefapi@chapeco.sc.gov.br](mailto:crasefapi@chapeco.sc.gov.br).
- CRAS UNIVERSITÁRIO: [craspalmital@chapeco.sc.gov.br](mailto:craspalmital@chapeco.sc.gov.br).
- CRAS MARECHAL BORMANN: [crasborman@chapeco.sc.gov.br](mailto:crasborman@chapeco.sc.gov.br).

**Abrangência CRESS II:**

- CRAS LÍDER: [craslider@chapeco.sc.gov.br](mailto:craslider@chapeco.sc.gov.br).
- CRAS SÃO PEDRO: [crassp@chapeco.sc.gov.br](mailto:crassp@chapeco.sc.gov.br).
- CRAS CRISTO REI: [crascristorei@chapeco.sc.gov.br](mailto:crascristorei@chapeco.sc.gov.br).

Ao final do diálogo a conselheira se mostrou muito entusiasmada com a atividade de pesquisa, e considera necessário que mais pesquisas nesse caráter possam ser desenvolvidas com o intuito de se investigar a fundo sobre as violências contra menores no município, principalmente dentro de escolas.

Índices de violações praticadas contra crianças/adolescentes, segundo síntese de violação (Conselho Tutelar Sul):

**Tabela 1:** Período: 01/01/2014 a 29/10/2015

<b>Síntese da violação</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>	<b>Total</b>
<b>1- Direito à vida e à saúde</b>	71,0 (2.83%)	46,0 (1.83%)	117,0 (4.66%)
<b>2- Liberdade, respeito, dignidade</b>	58,0 (2.31%)	140,0 (5.58%)	198,0 (7.89%)
<b>3- Convivência familiar e comunitária</b>	802,0 (31.99%)	833,0 (33.23%)	1635,0 (65.22%)
<b>4- Educação, cultura, esporte e lazer</b>	308,0 (12.29%)	246,0 (9,81%)	554,0 (22.10%)
<b>5- Profissionalização e proteção no trabalho</b>	2,0 (0,08%)	1,0 (0.04%)	3,0 (0,12%)
<b>Total</b>	<b>1241 (49.50%)</b>	<b>1266 (50.49%)</b>	<b>2507 (100%)</b>

Fonte: SIPIA. 29/10/2015 18:16.

A conselheira tutelar realizou a coleta dos dados no SIPIA, e segundo ela além de um banco de dados geral o sistema fornece os dados específicos da região de cada conselho (Norte e Sul). Neste caso os dados representados expressam os registros de atendimentos realizados pelo conselho tutelar da região Sul, formando um banco com cerca de dois anos de informações.

Segundo as informações da conselheira os dados do conselho tutelar Norte são praticamente os mesmos do conselho tutelar Sul, o que nos dá neste momento um panorama com cerca de 5500 registros. Neste sentido fica como possibilidade de pesquisa um novo trabalho de campo que possa analisar os registros do conselho tutelar Norte afim de identificar, analisar e comparar estas informações.

Os dados são expressos de maneira bem genérica, destacando apenas a síntese da violação, o sexo dos envolvidos e o total de ocorrências, mas com estas informações já se torna possível realizar algumas análises.

A conselheira destacou que o item que possui os maiores índices de violências é o que diz respeito a liberdade, respeito e dignidade. Neste grupo são encontrados segundo a conselheira os casos de violências físicas, psicológicas, sexuais, bullying, dentre outros tipos porque é um grupo do qual permeia grande parte da vida civil e social da criança e do adolescente, e onde ela tem o contato e recebe influências tanto do meio interno (familiares) quanto com o meio externo (escola, amigos, trabalho). Uma informação importante presente neste mesmo item se revela na grande incidência da violência contra crianças e adolescentes do sexo feminino, com cerca de 140 casos, o que é o dobro se comparado aos casos com os do sexo masculino, e ao mesmo tempo instiga ao formular hipóteses. Essa incidência maior de violências contra crianças e adolescentes do sexo feminino não representaria sobretudo casos de abusos e violências sobretudo sexuais?

Percebe-se que o maior índice de atendimentos do conselho tutelar Sul nestes últimos dois anos foi em relação ao que diz respeito à convivência familiar e comunitária, representando 65,22% de todo o quadro de registros, e mais uma vez, apesar de neste grupo a distribuição de ocorrências ser mais equilibrada do que a do item número dois, os casos envolvendo o sexo feminino ainda são a maioria. É necessário entender o que se passa dentro dos contextos familiares e comunitários que motivam a incidência de problemáticas de violências nos seus diversos sentidos, pois os contextos também influenciam a constituição das mesmas.<sup>41</sup>

#### 4.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

Não há como falar sobre infância e adolescência descoladas do seu aspecto jurídico. Neste caso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) se apresenta como o principal documento federal com uma legislação para atender aos direitos e

---

41 É importante destacar que neste trabalho de pesquisa não se buscou observar a rotina, tanto da DPCAMI quanto do Conselho Tutelar (Sul), pois não se teve tempo hábil para tal atividade. Esse processo enriqueceria ainda mais o conjunto de informações.

deveres deste grupo. Este item se propõe a discutir sobre alguns aspectos mais gerais deste documento.

Segundo Segalin e Trzcinski (2006), a partir de sua criação, o ECA estabeleceu uma nova perspectiva de cidadania para a infância e adolescência, atribuindo-lhes um caráter de proteção integral sem distinção, independente da realidade social, cultural e econômica em que eles se encontrem:

Inaugura-se a partir da Constituição Federal de 1988, uma nova percepção da infância e adolescência e reconhecimento de sua cidadania, legitimada pela consolidação de uma legislação especial, em 13 de julho de 1990, através da promulgação da Lei Federal nº 8.069/90 – o Estatuto da Criança e do Adolescente. Fundamentado nos princípios da Convenção das Nações Unidas pelos Direitos da Criança, de 1959, e nos artigos 227 e 228 da Constituição Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente representou uma mudança paradigmática no que se refere ao Direito Juvenil, legitimando a Doutrina de Proteção Integral como princípio norteador do Novo Direito Juvenil Brasileiro. (SEGALIN; TRZCINSKI, 2006, p. 7)

O ECA promoveu inúmeras mudanças na legislação e também em certas terminologias até então usadas para categorizar crianças e adolescentes. Para discutir estas transformações, Segalin e Trzcinski (2006) utilizam-se de Kaminski (2004), pois, segundo ele, o Estatuto da Criança e do Adolescente fez emergir três concepções diferentes, sobretudo no que se refere ao atendimento da criança e do adolescente em conflito com a lei. A primeira concepção, segundo Kaminski ((2004 apud Segalin e Trzcinski, 2006, p. 2) refere-se à utilização da terminologia “criança e adolescente”, assegurando o desuso do termo ‘menor’, pois esse termo apresentava-se de um modo a estigmatizar e inferiorizar os mesmos, o que é algo equivocado.

A segunda concepção destacada por Kaminski (2004 apud Segalin e Trzcinski, 2006), faz referência o ato ilícito praticado pela criança ou adolescente como ato infracional e não mais infração penal. E a terceira concepção, por fim, enfatiza a presença de novos atores que estruturam o sistema de garantias do direito da criança e do adolescente, neste sentido segundo Kaminski (2004 apud Segalin e Trzcinski, 2006), apresentam-se as instituições federas nacionais, estaduais e municipais, integrando o Ministério Público, Juizado da Infância e Adolescência, Conselho Tutelar, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais profissionais ligados à área, posto que, outrora, o juiz era autoridade exclusiva, sobretudo para atuar perante a prática de ato infracional.

Dentre os direitos fundamentais estabelecidos pelo ECA podemos elencar 5 como sendo os principais, são estes<sup>42</sup>:

I - Direito à Vida e à Saúde;

**Art. 7º** A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. (ECA: 2012, 9)

II - Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade;

**Art. 15.** A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. (ECA: 2012, 14)

III - Direito à Convivência Familiar e Comunitária;

**Art. 19.** Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes. (ECA: 2012, 15)

IV - Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer;

**Art. 53.** A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – direito de ser respeitado por seus educadores;

III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;

V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

*Parágrafo único.* É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. (ECA: 2012, 31)

V- Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho;

**Art. 60.** É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz. (ECA, 2012, p. 32)

De todas as instituições responsáveis para assegurar os direitos fundamentais citados acima, o conselho tutelar se apresenta como fundamental, o ECA (2012) define a sua função essencial através do Artigo 131, considerando o conselho tutelar como um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, e encarregado pela sociedade com a finalidade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.

---

42 É importante destacar que na definição de cada direito fundamental será citada apenas o primeiro artigo, que fundamenta a base para a constituição dos diversos direitos e deveres descritos ao longo de cada um dos 5 itens.

Em síntese, o ECA promoveu e ainda promove mudanças significativas no que tange à manutenção e o exercício dos direitos e deveres a infância e adolescência, desconstruindo, segundo Segalin e Trzcinski (2006), concepções punitivas e repressivas sobre a prática do ato infracional, e também na aplicação das medidas socioeducativas<sup>43</sup>, possibilitando à criança e ao adolescente que cometeu um ato infracional a oportunidade de se ressocializar novamente. Mas é fato que muito ainda há de se avançar, pois ainda se encontram no Brasil situações de descaso frente aos direitos deste público infanto-juvenil.

#### 4.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ATO INFRACIONAL

O ato infracional definido pelo *Artigo 103* do Estatuto da Criança e do Adolescente (2012), é, em síntese, considerada a conduta descrita como crime ou contravenção penal cometida pelo adolescente, ou seja, é a prática de um ato ilícito, contrário ao direito. Se o infrator for pessoa com mais de 18 anos, o termo adotado é crime, delito ou contravenção penal.

Segundo Segalin e Trzcinski (2006), em virtude do aumento da criminalidade e da violência nos últimos anos a sociedade tende, de certo modo, como uma estratégia de fuga de suas responsabilidades sociais, perceber adolescentes autores do ato infracional com um olhar de preconceito, porém, é um olhar equivocado se levarmos em conta todo o contexto que ele abrange:

---

43 Segundo o ECA (2012), as medidas socioeducativas são na sua base mais geral caracterizadas pela legislação do seguinte modo:

**Art. 112.** Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I – advertência;
- II – obrigação de reparar o dano;
- III – prestação de serviços à comunidade;
- IV – liberdade assistida;
- V – inserção em regime de semiliberdade;
- VI – internação em estabelecimento educacional;
- VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições. (ECA: 2012, 51)

Especificamente, no que tange aos adolescentes infratores, há uma tendência reducionista de culpabilizar o envolvimento desta população para o aumento da criminalidade, embora os índices, no Brasil, revelados pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos (1998), registrem que os adolescentes são mais vítimas de homicídios do que acusados, numa relação de um para quatro.

Dados publicados pelo Ministério da Justiça (2005) revelam que, dos crimes praticados no país, somente 10% são atribuídos a adolescentes, sendo que, deste percentual, 78% são infrações cometidas contra o patrimônio, 50% são furtos e 8% atentam contra a vida. Em síntese, segundo informação da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude, menos de 3% dos crimes violentos são praticados por adolescentes. (SEGALIN; TRZCINSKI, 2006, p. 2)

Segundo Segalin e Trzcinski (2006), o reconhecimento da cidadania da criança e do adolescente por incrível que possa parecer é uma conquista recente, fruto de diversas lutas que implicaram transformações no campo social/cultural e jurídico:

Registram-se, na história do direito juvenil brasileiro, dois momentos distintos, marcados outrora pela Doutrina da Situação Irregular, normatizada pelos Códigos de Menores e, atualmente, pela Doutrina de Proteção Integral, regimentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. (SEGALIN; TRZCINSKI, 2006, p. 4)

Embora as crianças e adolescentes tenham seus direitos assegurados em lei, os mesmos vivem e convivem em uma realidade social que pode lhes incitar ao uso de drogas lícitas e ilícitas, seja através de amigos, familiares ou pela indústria cultural do consumo, e que segundo Segalin e Trzcinski (2006) esta iniciação até então despercebida na infância com um imaginário de obtenção de status social e felicidade para estas crianças e adolescentes poderá encontrar espaço para uma dependência no futuro.

Segundo Segalin e Trzcinski (2006), o Estado tem uma falha grave no que diz respeito a universalizar as políticas públicas de assistência à saúde, segurança, proteção e lazer às crianças e adolescentes. Essa desigualdade de acesso a estes direitos fundamentais muitas vezes acaba por contribuir para que a infância e a adolescência se aproximem do mundo do crime. Entretanto, devemos estar atentos:

Não se trata de adotar uma postura determinista diante do ingresso do adolescente no mundo da criminalidade, como se as condições de existência justificassem o crime, mas de indagar a respeito da fragilidade e escassez de políticas públicas que ofereçam outras possibilidades a esta população, sobretudo condições que favoreçam a superação da situação de pobreza e vulnerabilidade pela via da cidadania e do acesso aos direitos e medidas de proteção preconizados no ECA e não pela via da delinquência e da infração

através da aplicação das medidas socioeducativas decorrentes de ato infracional. (SEGALIN; TRZCINSKI, 2006, p. 12)

Essas problemáticas chamam a atenção para o debate sobre o ato infracional, um debate em que a sociedade possa compreender e analisar a complexidade de questões econômicas, políticas, sociais e culturais que envolvem a realidade de milhares de crianças e adolescentes no Brasil, e que até certo ponto contribuem ou não para a prática de delitos. O Estado deve não só assegurar os direitos deste grupo, como também aplicá-los e fiscalizá-los de modo que a população infanto-juvenil possa exercer sua cidadania, tendo um desenvolvimento humano e social de qualidade, promovendo uma cultura de paz.

#### 4.7 VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO

Dentre os processos de violências destacados e caracterizados ao longo deste capítulo, um deles merece um olhar mais atento, a violência de gênero, pois é uma temática que vem ganhando cada vez mais enfoque ao longo dos últimos anos.

Segundo Menegon (2013) as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na busca pelos seus direitos dentro da sociedade traçam um percurso histórico que carrega consigo lutas e é cercado por processos violentos:

[...] um dos problemas mais enfrentados pela mulher ao longo da história e em praticamente todos os países do mundo - ditos civilizados -, sem dúvida, está relacionado com a violência. Não apenas aquela exercida pela força física, mas também a agressão emocional (psicológica e moral) que é tão, ou até mais grave do que a outra. (MENEGON, 2013, p. 229)

A busca pela igualdade de gênero dentro de uma sociedade que tem uma herança patriarcal conservadora é um dos grandes desafios que as mulheres enfrentam, e segundo Menegon (2013), ainda com todos os direitos conquistados através das lutas, sobretudo sociais, as mulheres ainda são reduzidas a objetos, voltados à satisfação dos desejos masculinos e a subordinação social.

Este quadro de violência se torna ainda mais complexo na questão da inserção da mulher no mercado de trabalho, onde, segundo Menegon (2013), ainda se tem a concepção de que o trabalho doméstico é vocação feminina, e a mulher que opta por exercer um trabalho fora do lar acaba sobrecarregada posteriormente pelo trabalho

de casa. Concepções como esta reforçam discursos machistas preconceituosos e violentos, com o intuito de menosprezar o papel da mulher dentro da sociedade.

Segundo Campos (2015), uma pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas e divulgada no ano de 2015 destacou que no mundo os salários das mulheres são 24% inferiores aos dos homens. Campos (2015) ainda destaca que segundo o estudo, 50% das mulheres com idade para trabalhar fazem parte da população ativa. No caso dos homens, o índice é 77%. A pesquisa segundo Campos (2015), revela que em todas as regiões do mundo as mulheres fazem quase duas vezes e meia mais trabalho doméstico e de cuidados de outras pessoas não remunerados que os homens e segundo os dados apresentados pela ONU as mulheres são responsáveis por uma carga excessiva de trabalho doméstico não remunerado referente aos cuidados com filhos, com pessoas idosas e doentes e com a administração do lar.

Em síntese, de todas as facetas que a violência assume contra a mulher a de gênero possa ser uma das mais complexas, porque traz consigo elementos patriarcais/machistas que são históricos e conservadores, ferindo a liberdade de escolha e ação do sujeito. É fato entre os estudiosos que muito já se avançou nesse debate, e diversos direitos já foram conquistados pelas mulheres, porém ainda há um longo caminho de lutas a ser travado, pois o principal meio de se desconstruir estes preconceitos é através da mudança de consciência, processo que é gradativo e necessário.

#### 4.8 REFLETINDO A PARTIR DAS INFORMAÇÕES DOS RELATOS/ANÁLISES DE CAMPO, E DAS RODAS DE CONVERSA

Antes de iniciarmos o processo de análise quali-quantitativa das informações obtidas na DPCAMI e no conselho tutelar Sul é importante ressaltar que muitas das reflexões sobretudo qualitativas já foram realizadas nas descrições dos relatos da pesquisa de campo, e a critério metodológico elas serão apenas problematizadas neste item, com o objetivo de que não se tornem informações repetidas, o que prejudica a compreensão do texto.

Uma das primeiras constatações e talvez uma das mais claras é a atenção que se deve ter sobre a problemática das violências na sociedade, pois mesmo que esse

trabalho de pesquisa e análise de dados tenha sido sobre um determinado contexto e um determinado período temporal, ele já nos fornece a base para pensarmos as reflexões de Pupo (2007), no que tange a importância do estudo da violência, e que esta não deve passar despercebida aos nossos olhos, ou que muito menos seja naturalizada e tida como uma causalidade da existência humana, pois não podemos dimensionar o grau que as ações de violência podem atingir até que ela aconteça.

As informações de um período de dois anos fornecem mesmo que de modo genérico uma base para constatações e indagações. Ambas as instituições se preocupam em fornecer os dados, mas sempre prezando pela segurança e a preservação das identidades das pessoas envolvidas, o que revela a responsabilidade ética das mesmas com os dados. Neste sentido outro aspecto é de que tanto os (as) agentes policiais quanto os conselheiros (as) tutelares não tem a total liberdade para o manuseio das informações, pois ambos destacaram que muitas vezes necessitam de autorização judicial para realizar tal atividade.

Assim como a DPCAMI o conselho tutelar (Sul e Norte) não possui dentro do seu banco de dados um item específico que contenha somente ocorrências e/ou atendimentos de crianças e adolescentes no espaço escolar. Seria válida neste sentido a sugestão de que ambos os sistemas pudessem adotar esta categoria, afim de que torne possível a sistematização destas informações, facilitando a organização das mesmas para o trabalho de análise das delegacias de polícia e dos conselhos tutelares, não só de Chapecó mas também do estado, bem como de atividades de pesquisa de instituições de ensino que busquem pensar e analisar a problemática das violências, com o intuito de estabelecerem juntamente com o poder público e núcleos de pesquisa estratégias de combate a estas ações na sociedade civil.

Uma informação importante obtida nas rodas de conversa com as conselheiras tutelares se revela no fato de que as informações contidas nos bancos de dados do SIPIA não expressam a sua totalidade, pois segundo elas a orientação que se tem em relação a casos de violências envolvendo crianças e adolescentes é que primeiramente os mesmos sejam encaminhados para a polícia e após este registro é que se acionará o conselho tutelar para realizar as suas funções de encaminhamento.

Entretanto o que as conselheiras destacam é que muitas vezes a polícia só encaminha as ocorrências, mas não fornece os dados do registro. Neste sentido, o conselho muitas vezes perde informações importantes para lidar com os casos de violências em questão, e seu banco de dados também fica incompleto. Se faz

necessário que tanto as delegacias de polícia quanto conselhos tutelares possam pensar conjuntamente o desenvolvimento de um sistema alternativo<sup>44</sup> que possibilite a transferência dessas informações afim de manter o banco de dados de ambos atualizado, facilitando o trabalho de coleta e acesso às informações gerais e específicas (dependendo do caso), e também o trabalho de atendimento às ocorrências.

Outro aspecto observado ao longo do processo de pesquisa se revela no papel fundamental das mulheres afrente das duas instituições pesquisadas. Na DPCAMI a delegada é uma figura feminina (espaço de coordenação tradicionalmente ocupado por homens), as demais funções dos agentes policiais são divididas entre homens e mulheres.

No conselho tutelar durante todas as observações percebe-se a presença de mulheres quase na sua totalidade. Estas duas situações também fazem refletir sobre o empoderamento feminino dentro destes espaços. Neste sentido vale pensar a perspectiva da mulher como protagonista frente à sociedade machista e com uma estrutura histórica patriarcal como destaca Campos (2015), fruto de lutas sociais que ainda tem continuidade nos dias de hoje. Nos diálogos com o agente da DPCAMI ele relatou também que no aspecto da pesquisa, a maior procura nos últimos tempos tem sido por dados que revelem índices de violência doméstica. Essa informação reforça a premissa de que as mulheres, mesmo na busca por desconstruir os estigmas que sofrem pelo machismo ainda tem enfrentado forte repressão.

A prática do bullying com 11 casos ocorridos e registrados no banco de dados fornecido pela DPCAMI no período temporal pesquisado, com 2,1% ainda figura como uma das menores práticas de violências se comparados às outras descritas. Conceitualmente ele demonstra ser um fenômeno relativamente novo, e que carece de maiores estudos. E mesmo afetando a sociedade de um modo geral, como destacou Calderaro (2016), o espaço em que ele ainda ocorre com mais incidência é a escola. Essa afirmação vem ao encontro a fala do agente policial que também concorda que o bullying é uma das expressões mais claras no que tange à violência escolar, e que vem tomando proporções cada vez maiores ao longo do tempo.

---

44 O sistema alternativo se faz necessário porque os bancos de dados das delegacias de polícia e dos conselhos tutelares possuem características e dinâmicas diferentes, o que impossibilita uma junção de ambos.

É fato que tanto as informações presentes no banco de dados fornecido pela DPCAMI como os dados fornecidos pelo Conselho Tutelar Sul não trazem especificamente índices sobre a violência escolar, eles apenas dão indícios gerais das violências cometidos e/ou sofridos por crianças e adolescentes no município. Porém, a ponte que nos possibilita relacionar estes índices com a questão da educação implica no fato de que esse grupo infanto-juvenil seja no público ou no privado está em idade escolar. Porém, quantos estão frequentando a escola já não se sabe, o que levanta a necessidade de novas pesquisas, que venham investigar essa questão e que possibilitem relacioná-las com a problemática das violências.

Os estudantes dentro do processo educativo como Durkheim descreve, Segundo Lucena (2010), realizam na instituição escolar parte do seu processo de socialização, tendo o papel de criar, aprimorar e potencializar as suas habilidades intelectuais, culturais e sociais, enfim, desenvolver a moral através da disciplina. Neste sentido, segundo Neto (2011), Foucault aponta que a escola também se estrutura para ser um ambiente disciplinar, porém, esse processo muitas vezes acaba por fazer com que ela também desenvolva práticas pedagógicas que se destinem a vigiar e controlar as ações dos estudantes, reprimindo qualquer manifestação de insubordinação.

Entretanto, o processo de ensino/aprendizagem pautado somente na educação moral através do disciplinamento e “adestramento” destacados por Durkheim e Foucault não é o ideal, pois ele esquece do aspecto humano que a educação deve levar em conta e das práticas de ensinar e educar que são indissociáveis. Sem isso os estudantes carregados ora por influências internas (direção, colegas, docentes) ora externas (família, comunidade, amigos) muitas vezes tendem em situações de subordinação a determinadas regras praticar ações de violências como uma estratégia de defesa. É fato que também muitas das violências escolares são produzidas e reproduzidas conscientemente pelos estudantes, e nesse sentido nos remetemos a reflexão de Ames e Hauser (2013), destacando que a escola nas últimas décadas tem sido um local de intensas manifestações de violências, e que muitas vezes a comunidade escolar mesmo identificando e tendo consciência destes processos, não tem o preparo teórico/prático necessário para lidar com situações desse gênero, e que segundo Pupo (2007) muitas vezes adotam posturas negligentes e excludentes frente a estas problemáticas agravando-as ainda mais.

E quando o problema começa a tomar proporções cada vez maiores e fugir do controle da instituição escolar a mesma recorre a outras instituições do Estado

(polícia, conselhos, judiciário) para que elas possam ora com o uso da força física, ora não, reestabelecer a ordem social, aplicando medidas judiciais a estes jovens infratores.<sup>45</sup>

Dentre estas análises é importante nos questionarmos. Seria o uso da autoridade, da coerção e da força o único caminho viável para resolver situações de violências envolvendo crianças e adolescentes dentro e fora do espaço escolar? Partindo dessa indagação iniciaremos as reflexões das considerações finais deste trabalho.

---

45 É importante destacar que as relações teóricas e conceituais realizadas nestas análises expressam apenas aspectos específicos das teorias destes autores, e que neste quadro possibilitam, mesmo que de modo mais simplificado relacioná-las.

## 5 CONSIDERAÇÕES

O banco de dados levantado a partir dessa atividade de pesquisa revela importantes questões que tem a necessidade de serem problematizadas. As violências praticadas e também sofridas por crianças e adolescentes no município de Chapecó vem crescendo de maneira considerável nos últimos anos, tanto na escola como nos demais setores e instituições da sociedade (família, trabalho). Nesse sentido uma outra atividade de pesquisa se faz necessária para compreender quais as motivações que estão levando este público infanto-juvenil a desenvolverem cada vez mais esses comportamentos violentos.

Em relação aos encaminhamentos das violências realizados pela DPCAMI e o Conselho Tutelar, como já foi destacado no texto anteriormente, compreende-se que o problema muitas vezes não está nos registros dos dados, mas na comunicação entre estes órgãos, cada qual realiza seus procedimentos e quando há a necessidade repassa para outro órgão responsável. Um caminho possível para minimizar essas distâncias seria desenvolver projetos integrados com outras instituições como as universidades e o poder público para problematizar estas reflexões que são de interesse da sociedade em geral, possibilitando assim que um trabalho mais integrado possa ser desenvolvido.<sup>46</sup>

Como possível caminho para minimizar os impactos físicos, psicológicos e sociais nos encaminhamentos das violências cometidas e/ou sofridas por crianças e adolescentes sejam elas dentro ou fora do ambiente escolar novamente a justiça restaurativa se apresenta como alternativa que pode ser adotada pelas delegacias de polícia, conselho tutelar e demais instituições. Desconstruindo o padrão normativo e punitivo que muitas vezes é adotado para lidar com crianças e adolescentes, sejam elas vítimas ou infratores, se preocupando apenas com o aspecto legal e esquecendo-se do cuidado com o lado humano, que é necessário.

---

46 Se algumas dessas atividades já estão sendo realizadas demanda de novas pesquisas que possam refletir sobre isso.

## 5.1 JUSTIÇA RESTAURATIVA. UM CAMINHO POSSÍVEL NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Dentre os encaminhamentos das violências nos seus mais diversos sentidos e praticadas nos mais diversos espaços, percebe-se que, em grande parte dos casos, elas possuem um padrão normativo e punitivo, seguindo apenas o aspecto legal e esquecendo-se do cuidado com o lado humano. Essas ações podem contribuir para uma solução momentânea das práticas de violências, mas não dão conta do problema maior que as envolve e que pode voltar a acontecer com cada vez mais intensidade, ou seja, em vez de solucionar o problema, acaba agravando-o. Pensando nisso um movimento reelaborado a partir das décadas de 70 e 80 vem ganhando cada vez mais força dentro do cenário jurídico e penal, não só no Brasil, mas no mundo todo, destacamos aqui a prática da justiça restaurativa<sup>47</sup>.

Brandão (2010) destaca que a justiça restaurativa se baseia em procedimento de consenso [...] em que a vítima e o infrator, e, quando apropriado, outras pessoas ou membros da comunidade afetados pelo crime, como sujeitos centrais, participam coletiva e ativamente na construção de soluções dos traumas e perdas causados pelo crime” (2010, p. 2).

Para termos uma melhor compreensão sobre a importância da justiça restaurativa, se faz necessário diferenciá-la do modelo de justiça punitiva/retributiva, sob o qual estão alicerçados grande parte das práticas de resoluções de conflitos na atualidade.

Segundo Cruz (2013), o sistema de justiça retributiva busca apenas retribuir o mal feito, sem o objetivo de trazer qualquer benefício à comunidade, ou ao infrator e, principalmente, à vítima, pois alicerça a sua base a partir da culpa do infrator. Nessa mesma linha de reflexão, Cruz (2013) ainda tece considerações importantes sobre o modelo de justiça em questão:

“[...] o processo penal afasta as partes realmente envolvidas no conflito. A manifestação do acusado resume-se somente ao seu interrogatório quanto

---

47 “Este movimento inspirou-se em antigas tradições pautadas em diálogos pacificadores e construtores de consenso oriundos de culturas africanas e das primeiras nações do Canadá e da Nova Zelândia. O conceito e a filosofia de justiça restaurativa têm embasado programas sociais dedicados a cuidar das vítimas, dos ofensores e das comunidades que os abrigam, e têm orientado para a restauração de suas vidas e de sua interação social”. ALMEIDA, Tania. **Justiça Restaurativa e Mediação de Conflitos**. Disponível em: [http://www.mediare.com.br/08artigos\\_06justica\\_restaurativa.html](http://www.mediare.com.br/08artigos_06justica_restaurativa.html). Acesso em 30/05/2016.

aos fatos delituosos, sem haver qualquer indagação quanto aos motivos que o levaram a cometer o delito, bem como as consequências que este trouxe em sua vida. As vítimas são substituídas pela autoridade do Estado, tendo mínima participação no processo penal, atuando como testemunha ou através de um assistente de acusação, nos delitos processados mediante ação penal pública incondicionada. Ainda, outorga-se legitimidade às vítimas nos delitos que se processam mediante ação penal privada e pela ação penal pública condicionada à representação.” (CRUZ, 2013, p. 76)

Em contraposição a este modelo, a justiça restaurativa busca, segundo Cruz (2013), colocar as partes envolvidas em uma situação de equilíbrio, para que em seus discursos possam, com autonomia, destacarem seus sentimentos, versões e explicações diante do delito ocorrido:

Diferentemente das alternativas adotadas, a Justiça Restaurativa se baseia em um paradigma não punitivo, que apresenta soluções às ineficácias do sistema de justiça criminal atual, alterando o foco do processo penal no estabelecimento da culpa e punição para o ato danoso, suas consequências e suas possíveis soluções. (CRUZ, 2013, p. 77)

O advento da prática da justiça restaurativa no Brasil não foi um processo fácil, o sistema jurídico criminal brasileiro é mais restrito e não realizava a prática do *Common Law*<sup>48</sup>. Porém, Cruz (2013) destaca que com o advento da Constituição Federal de 1988, seguidas da reforma do Estatuto da Criança e do Adolescente e com a Lei 9.099/1995, embasada no princípio da oportunidade, tornou-se possível a aplicação do modelo restaurativo no sistema jurídico brasileiro, mas ainda para determinados casos.

Em síntese, a justiça restaurativa vem ao encontro de uma proposta mais humana e democrática para a resolução de conflitos, apesar de ainda esbarrar em uma forte resistência em relação às práticas punitivas/retributivas, mas que segundo Cruz (2013) pode nos fornecer um caminho para a concretização dos direitos

---

48 “**Common Law** é um termo utilizado nas ciências jurídicas para se referir a um sistema de Direito cuja aplicação de normas e regras não estão escritas, mas sancionadas pelo costume ou pela jurisprudência. Tal forma de Direito tem origem na concepção do direito medieval inglês que, ao ser ministrado pelos tribunais do reino, refletia os costumes comuns dos que nele viviam. Este sistema legal vigora no Reino Unido e em boa parte dos países que foram colonizados por este país. O *Common Law* representa a lei dos tribunais, como expresso em decisões judiciais. Além do sistema de precedentes judiciais, outras características do direito comum são julgamento por júri e da doutrina da supremacia da lei. Sob a *Common Law*, todos os cidadãos, incluindo os funcionários de mais alto escalão do governo, estão sujeitos ao mesmo conjunto de leis, e o exercício do poder do governo é limitado a essas leis.” Texto disponível em: <http://www.infoescola.com/direito/common-law/>. Acesso em 05/06/2016.

humanos, promovendo autonomia para que as pessoas possam resolver os conflitos de uma maneira pacífica, não sobrecarregando a justiça.

A justiça restaurativa, como Cruz (2013), destaca pode nos fornecer um caminho para a concretização dos direitos humanos, promovendo autonomia para que as pessoas possam resolver os conflitos de uma maneira pacífica, não sobrecarregando a justiça. A escola pode auxiliar nesse processo também, organizando seu quadro pedagógico de modo que aprenda a lidar com situações de violência, promovendo a resolução de conflitos de um modo não autoritário e repressivo, evitando assim que eles se reproduzam. Mas para cumprir essa tarefa complexa a escola também necessita de apoio, que parta desde a conscientização dos estudantes e da comunidade escolar, até o auxílio das gerências regionais de educação, das universidades, do poder público, do conselho tutelar, das delegacias de polícia e demais órgãos, sejam eles, municipais, regionais, estaduais ou nacionais, enfim, todos devem trabalhar em conjunto, criando políticas públicas, fortalecendo discursos e práticas de enfrentamento as violências.

Outras pesquisas que se fazem necessárias e que possibilitem ampliar o olhar para a questão dos encaminhamentos das violências escolares, e violências infanto-juvenis sejam elas realizadas de forma integrada ou separadamente devem se debruçar sobre as demais instituições que trabalham conjuntamente com as delegacias de polícia e o conselho tutelar no município e que foram citadas tanto pelos (as) agentes policiais quanto pelos (as) conselheiras durante a pesquisa, que são o CRAS (Centro de Referência e Assistência Social), a RAIA (Rede de Apoio a Infância e Adolescência) e o sistema de combate à evasão escolar (APOIA). Esses órgãos trabalham diretamente com as violências nas regiões, escolas e comunidades da cidade, e podem fornecer dados e informações ainda mais específicas para pesquisas, principalmente no que tange a questão da violência escolar.

Tanto o banco de dados fornecido pela DPCAMI quanto pelo conselho tutelar sul carregam consigo informações importantes no que tange as violências cometidas e/ou sofridas por crianças e adolescentes no município de Chapecó. Porém, como ambos fazem parte de um banco de dados geral, que incluem índices de delitos e violências estaduais e também nacionais muitas informações não ficam claras, o que dificulta uma análise mais específica. Nesse sentido uma estratégia possível para solucionar esse problema seria que esses bancos de dados dentro dos seus respectivos programas pudessem separar os contextos em que as violências ocorrem

(Ex: escola, família, trabalho e afins), isso em um modo organizacional facilitaria os trabalhos dessas instituições que lidam diretamente com os atendimentos a estas violências, e também auxiliariam os trabalhos de pesquisa, tanto da academia, quanto do poder público para pensarem políticas públicas que possibilitem o enfrentamento e a resolução das violências na sociedade<sup>49</sup>.

Penso que dentro das suas possibilidades e limitações este trabalho de conclusão de curso conseguiu contemplar os objetivos gerais e específicos descritos no início deste texto, e também a partir dos dados e informações coletados e analisados abre-se um novo campo de questionamentos e possibilidades para novas investigações acerca da temática das violências no município de Chapecó, sejam elas cometidas tanto dentro como fora do espaço da escola.

E em uma observação pessoal destaco que esta atividade de pesquisa me proporcionou um crescimento intelectual e humano significativo superando toda e qualquer expectativa inicial. A atividade de campo é sempre um processo transformador, e cada vez que a realizamos ela nos possibilita novos olhares, novas lentes para enxergar e compreender a realidade social a nossa volta, nos ajudando a tecer pontes entre aspectos teóricos e práticos, nos trazendo cada vez mais dúvidas e indagações acerca dos fenômenos e problemáticas investigados, e são estas mesmas dúvidas e indagações que proporcionam o movimento de construção do conhecimento.

---

49 Pode ser que já hajam programas com essa finalidade, entretanto, esse trabalho de pesquisa tanto na DPCAMI quanto no conselho tutelar sul não encontrou nenhuma informação ou afirmação por parte dos (as) agentes e dos (as) conselheiras que revelasse essa questão.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. AVANCINI, Marta F. **Educação e Incivilidade**. Disponível em: <http://www.construirnoticias.com.br/asp/materia.asp?id=682>. Acesso em 21/07/2014.

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria G. **Violências nas escolas**. Versão resumida. Brasília: Unesco, 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133967por.pdf>. Acesso em 02/06/2016.

AMES, Maria. A. C. Conflitos e Violências nas escolas: educando para uma cultura de paz. In: José Vicente Tavares dos Santos; Alex Niche Teixeira. (Org.). **Conflitos Sociais e Perspectivas da Paz**. 1ed. Porto Alegre/RS: Tomo Editorial, 2012, v. 06, p. 389-404.

\_\_\_\_\_ MENEGON, Carolina. **Questões de gênero e cidadania**. 1ed. Porto Alegre/RS: Tomo Editorial, 2012, v. 06, p. 229-230.

AMES, Maria A. C; HAUSER. Ester E. Violência escolar e práticas restaurativas: desafiando-se a repensar as relações interpessoais em ambientes escolares. In: Ester Eliana Hauser. [et al]. **Cidadania e direitos fundamentais: a experiência do projeto de extensão e cidadania para todos**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013. 248 p. (Coleção direito, política e cidadania; v. 30, p.98-131).

ARENDDT, Hannah. **Da violência**. Brasília. UnB, 1985. Disponível em: <http://pavio.net/download/textos/ARENDDT,%20Hannah.%20Da%20Viol%C3%Aancia.pdf>. Acesso em 14/06/2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724** – Informação e documentação – trabalhos Acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023** – Informação e documentação – Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

BRANDÃO, Delano C. **Justiça Restaurativa no Brasil: Conceito, críticas e vantagens de um modelo alternativo de resolução de conflitos**. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 77, jun 2010. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=7946](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7946)>. Acesso em 25/05/2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 44. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Brasil. [Estatuto da criança e do adolescente (1990)]. **Estatuto da criança e do adolescente : lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata [recurso eletrônico]**. – 9. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 207 p. Atualizada-2012. – (Série legislação ; n. 83). Disponível

em:[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto\\_crianca\\_adolescente\\_9ed.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf). Acesso em 14/05/2016.

BONAMIGO, Irme .S. TONDIN, Celso .F. RISSON, Ana .P. SOLVALAGEM, Alana. L. **Pesquisa-intervenção sobre violências em escolas.** Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 18, Número 3, Setembro/Dezembro de 2014: 519-527. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v18n3/1413-8557-pee-18-03-0519.pdf>. Acesso em 04/11/15.

BRUM, Eduardo. **Relator do TJ-MG - Apelação Criminal: APR 10024123038762001 MG.** Disponível em: <http://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/117666551/apelacao-criminal-apr-10024123038762001-mg>. Minas Gerais, 2013. Acesso em 24/10/2014.

CALDERARO, Jacqueline. **Bullying: conceito e possibilidades de minimizá-lo.** 2016. Disponível em: <http://jacquelinecalderaro.jusbrasil.com.br/artigos/333768044/bullying-conceito-e-possibilidades-de-minimiza-lo>. Acesso em: 25/05/2016.

CAMPOS, Ana. C. **Desigualdade de gênero no mercado de trabalho persiste, diz ONU.**2015. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/04/desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho-persiste-diz-onu>. Acesso em 14/05/2016.

CRUZ, Rafaela A. **Justiça restaurativa: um novo modelo de justiça criminal.** Tribuna Virtual – Ano 01 – Edição nº 02 – Março de 2013 – ISSN nº 2317-1898; (p. 71-83). Disponível em: [http://www.tribunavirtualibccrim.org.br/pdf/Edicao02\\_Rafaela.pdf](http://www.tribunavirtualibccrim.org.br/pdf/Edicao02_Rafaela.pdf). Acesso em: 04/06/2016.

DALFOVO, Michael. S. LANA, Rogério A. SILVEIRA, Amélia. **Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, Sem II. 2008. ISSN 1980-7031.

**Dicionário do pensamento social do Século XX** / editado por William Outhwaite, Tom Bottomore; com a consultoria de Ernest Gellner, Robert Nisbet, Alain Touraine; editoria da versão brasileira, Renato Lessa ,Wanderley Guilherme dos Santos; tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. In:\_\_\_\_\_ **Violência** (803-804). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

DURKHEIM, Emile., **Da divisão do trabalho social.** [tradução Eduardo Brandão]. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Educação e Sociologia.** SP; Melhoramentos, 1952.

**Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990.** Texto compilado. Texto compilado (Vide Lei nº 13.105, de 2015). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). Acesso em 16/05/2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** 1996. Disponível em [http://www.lettras.ufmg.br/espanhol/pdf%5Cpedagogia da autonomia -\\_paulofreire.pdf](http://www.lettras.ufmg.br/espanhol/pdf%5Cpedagogia_da_autonomia_-_paulofreire.pdf). Acesso em 02/05/2015.

GIL, Antônio. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, Arilda. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** In: **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75901995000200008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75901995000200008&script=sci_arttext). Acessado em 28/03/2014.

IANNI, Octavio. **Violence in contemporary society.** Estudos de Sociologia, Araraquara, n.12, p. 7-28, 2002. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/644/647>. Acesso em 23/09/15.

LUCENA, Carlos. **O pensamento educacional de Émile Durkheim.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 295-305, dez.2010. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/40/art18\\_40.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/40/art18_40.pdf). Acesso em 06/06/2016.

Universidade Federal da Fronteira Sul. **Manual de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal da Fronteira Sul.** Universidade Federal da Fronteira Sul; Simone Padilha (Coord.). – Chapecó, 2014. 136 folhas: il

MINAYO, M.C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MINAYO, Maria. C. SANCHES, Odécio. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?.** Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993. Disponível em: [http://unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/quantitativo\\_qualitativo\\_oposicao\\_ou\\_complementariedade.pdf](http://unisc.br/portal/upload/com_arquivo/quantitativo_qualitativo_oposicao_ou_complementariedade.pdf). Acesso em 08/11/15.

MELO, Maria. C. H. d; CRUZ, Gilmar. de C. **Roda de conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no ensino médio.** Imagens da Educação, v. 4, n. 2, p. 31-39, 2014.

NETO, Antônio V. **Foucault e a educação.** 3º ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2011.

POLI, Jaci. **Caboclo: pioneirismo e marginalização.** In: Para uma História do Oeste Catarinense: 10 anos de GEOM. Chapecó: UNOESC, 1995, p. 71-110.

PORTO, Maria, S. G. **A Violência: possibilidades e limites para uma definição.** Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2010.

PUPO, Kátia. R. **Violência moral no interior da escola: um estudo exploratório das representações do fenômeno sob a perspectiva de gênero** In: **Questão de gênero na escola.** São Paulo, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Maico%20Junior%20Magri/Downloads/DissertacaoKatiaReginaPupo.pdf>. Acesso em 23/03/2015.

RENK, Arlene. SAVOLDI, Adiles. **Reconversão cabocla e invenção das tradições.** Revista Grifos/nº25. Dez 2008. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/viewFile/642/462>. Acesso em 06/10/15.

SEGALIN, Andreia. TRZCINSKI, Clarete. **Ato infracional na adolescência: problematização do acesso ao sistema de justiça.** Revista Virtual Textos & Contextos, nº 6, dez. 2006.

SILVA, Antônio M. S. **Estado, monopólio da violência e policiamento privado: com quem fica o uso legítimo da força física na sociedade contemporânea?** Emancipação, Ponta Grossa, 8(2): 9-19, 2008. Disponível em: <http://www.uepg.br/emancipacao>. Acesso em (07/60/2016).

WEBER, M. **Economia e sociedade.** Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

## ANEXOS

## Anexo 1: Carta de apresentação entregue ao Conselho Tutelar Sul e a DPCAMI



## Anexo 2: Requerimento entregue ao Conselho Tutelar Sul e a DPCAMI



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
Campus Chapecó

### REQUERIMENTO

Ilma. Sra.  
Andrcia dos Santos Dornelles  
Delegada da DPCAMI

Vimos por meio deste, solicitar a Vossa Senhoria, a disponibilidade de algumas informações para a realização de uma pesquisa acadêmica de Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó/SC. A temática do Trabalho é sobre Violências Escolares.

Para contextualizar a importância da temática, gostaríamos de consultar os registros de ocorrências sobre as violências em escolas do município de Chapecó, nos anos 2014 e 2015. Nesse sentido, contamos com seu apoio e nos responsabilizamos com o sigilo dos dados que envolvem nomes de pessoas ou escolas.

Para facilitar o processo, encaminhamos em anexo, uma tabela com os itens para efetuar o levantamento dos dados.

Desde já agradecemos e subscrevemo-nos,

**Maria Alice Canzi Ames**  
Professora / Pesquisadora  
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS  
SIAPE - 2073402

Maria Alice Canzi Ames  
Professora Orientadora  
SIAPE: 2073402  
Fone: (49) 98231300  
Email: [maria.ames@uffs.edu.br](mailto:maria.ames@uffs.edu.br)

Maíco Júnior Magri  
Acadêmico do Curso de Ciências Sociais  
Matricula: 1021741034  
Fone: (49) 88410626  
Email: [maico\\_es@hotmail.com](mailto:maico_es@hotmail.com)

Chapecó, 02 de setembro de 2015.



#### Anexo 4: Tabela de dados gerada pelo sistema SIPIA, fornecida pelo Conselho Tutelar Sul

Sistema de Informação para Infância e a Adolescência - Sipiá  
Conselho Tutelar Sul - Chapecó  
Número de Violações Praticadas Contra Crianças/Adolescentes, Segundo Síntese da Violação

---

Período: Dados de 01/01/2014 a 29/10/2015 Referente a todos os fatos do período

Síntese da Violação	Masculino	Feminino	Trans	Trans	Não informado
1.0.00.0 - Direito à Vida e à Saúde	71.0 / 2.83%	48.0 / 1.83%	0.0 / 0.0%	0.0 / 0.0%	0.0 / 0.0%
2.0.00.0 - Liberdade, Respeito, Dignidade	58.0 / 2.31%	140.0 / 5.58%	0.0 / 0.0%	0.0 / 0.0%	0.0 / 0.0%
3.0.00.0 - Convivência Familiar e Comunitária	802.0 / 31.99%	833.0 / 33.23%	0.0 / 0.0%	0.0 / 0.0%	0.0 / 0.0%
4.0.00.0 - Educação, Cultura, Esporte e Lazer	308.0 / 12.29%	246.0 / 9.81%	0.0 / 0.0%	0.0 / 0.0%	0.0 / 0.0%
5.0.00.0 - Profissionalização e Proteção no Trabalho	2.0 / 0.08%	1.0 / 0.04%	0.0 / 0.0%	0.0 / 0.0%	0.0 / 0.0%
<b>Total</b>	<b>1241.00 / 49.50%</b>	<b>1286.00 / 50.49%</b>	<b>0.00 / 0.00%</b>	<b>0.00 / 0.00%</b>	<b>0.00 / 0.00%</b>

29/10/15 18:16

**Anexo 5: Dados tabulados dos Boletins de Ocorrências fornecidos pela DPCAMI**

**Período: 2014 (1º e 2º semestre)**

	<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL	
Relatório de Atendimento Policiais por Período, Unidade, e Tipificação, em Ordem Alfabética		
<b>Período de 01/01/2014 00:01:00 à 31/12/2014 23:59:59</b>		
Total de Atendimento na Regional: <b>369</b> Regional: (12ª DRP - CHAPECÓ)		
Unidade:	Tipificação e número de atendimentos por caso:	Total de registros:
<b>1ª Delegacia de Polícia de Fronteira de Chapecó (1º DP)</b>	Ameaça contra criança/adolescente: 30  Bullying: 2  Lesão corporal dolosa menor: 15	47
<b>2ª Delegacia de Polícia de Fronteira de Chapecó (2º DP)</b>	Ameaça contra criança/adolescente: 30  Homicídio doloso contra menor (tentativa): 1  Lesão corporal dolosa menor: 11	42
<b>Central de Plantão Policial de Fronteira de Chapecó (CPP)</b>	Ameaça contra criança/adolescente: 59  Bullying: 3  Homicídio doloso contra menor: 3  Homicídio doloso contra menor (tentativa): 10  Lesão corporal dolosa menor: 78	153
<b>Delegacia da Criança, Adolescente, Mulher e Idoso de Fronteira de Chapecó (DPCAMI)</b>	Ameaça contra criança/adolescente: 56  Bullying: 1  Lesão corporal dolosa menor: 31	88

<b>3ª Delegacia de Polícia de Fronteira de Chapecó</b>	Ameaça contra criança/adolescente: 26 Bullying: 1 Homicídio doloso contra menor (tentativa): 1 Lesão corporal dolosa menor: 11	39
--	---	----

Período: 2015 (1º semestre)

	<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL	
Relatório de Atendimentos Policiais por Período, Unidade, e Tipificação, em Ordem Alfabética		
Período de 01/01/2015 00:01:00 à 30/06/2015 23:59:59		
Total de Atendimentos na Regional: <b>147</b> Regional: (12ª DRP - CHAPECÓ)		
Unidade:	Tipificação e número de atendimentos por caso:	Total de registros:
<b>1ª Delegacia de Polícia de Fronteira de Chapecó (1º DP)</b>	Ameaça contra criança/adolescente: 7 Bullying: 2 Lesão corporal dolosa menor: 2	11
<b>2ª Delegacia de Polícia de Fronteira de Chapecó (2º DP)</b>	Ameaça contra criança/adolescente: 2 Lesão corporal dolosa menor: 1	3
<b>Central de Plantão Policial de Fronteira de Chapecó (CPP)</b>	Ameaça contra criança/adolescente: 48 Bullying: 1 Homicídio doloso contra menor: 3 Homicídio doloso contra menor (tentativa): 4 Lesão corporal dolosa menor: 38 Lesão corporal seguida de morte menor: 1	95
<b>Delegacia da Criança, Adolescente, Mulher e Idoso de Fronteira de Chapecó (DPCAMI)</b>	Ameaça contra criança/adolescente: 8 Bullying: 1 Homicídio doloso contra menor (tentativa): 1 Lesão corporal dolosa menor: 16	26
<b>3ª Delegacia de Polícia de Fronteira de Chapecó</b>	Ameaça contra criança/adolescente: 10 Lesão corporal dolosa menor: 2	12